



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201983000060	Distribuição: 22/01/2019
Número Único: 0000133-86.2019.8.25.0072	Competência: 1ª Vara Cível de São Cristóvão
Classe: Procedimento Comum	Fase: PARA SENTENÇA
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: ACÁCIO DOS SANTOS
Endereço: RUA ALFREDO PEREIRA MATOS
Complemento: POR TRÁS DA RUA 31 DE MARÇO
Bairro: CENTRO
Cidade: SAO CRISTOVAO - Estado: SE - CEP: 49100000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: ENDEREÇO ELETRONICO: CITAÇÃO.INTIMACAO@SEGURADORALIDER.COM.BR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031205
Requerido: Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

22/01/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201983000060, referente ao protocolo nº 20190122171204903, do dia 22/01/2019, às 17h12min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.

ACÁCIO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, vigilante, portador do RG nº 1.358.859 SSP/SE, CPF nº 942.824.985.87, residente e domiciliado na Rua Alfredo Pereira Matos, nº 16, Casa, bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP- 49100-000, vem através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Rua Urquiza Leal, nº 88/98, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C
PEDIDO DE DANO MORAL

em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)

01. A Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente sofreu um acidente de trânsito em 19/02/2016, quando colidiu sua motocicleta no fundo de outro veículo, em virtude da chuva, tentou frear e a moto derrapou, batendo no fundo do carro que estava parado a frente, que com o impacto foi lançado ao solo e teve fratura exposta da tíbia direita, sendo levado pelo SAMU ao HUSE - Hospital de Urgência de Sergipe, onde passou por uma cirurgia e depois passou por outras cirurgias no hospital Gabriel Soares, relato obtido pelo B.O em anexo.

03. Em virtude do acidente, ficou com varias seqüelas, conforme podemos ver no prontuário e relatório médico em anexo, o fato do acidente de trânsito é incontroverso, uma vez que a Requerida já reconheceu o acidente e determinou o pagamento de indenização, más, em quantia menor a que o Requerente faz *jus*.

04. Conforme podemos ver nos documentos em anexo, o Requerente teve fratura de tíbia e fíbula na perna direita, no qual precisou ser submetido ao total de 4 cirurgias, no entanto, mesmo após o devido tratamento o Autor ficou com sequelas permanentes e gravíssimas, **com perda funcional do membro inferior direito**.

05. Apesar do Requerente ter juntado toda a documentação comprovando a perda total e permanente do seu membro inferior direito, a Requerida deferiu o pagamento da indenização no percentual de apenas 35% do valor máximo da indenização, que é R\$13.500,00, ou seja, determinou o pagamento de apenas R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme se vê no resultado da consulta, aqui colacionada, no entendendo esta deveria ter pago ao Autor o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

06. Em virtude da indenização deferida a menor, não restou ao Requerente outro meio que não fosse valer-se do Judiciário para resguardar os seus direitos.

II – DO DIREITO

07. O seguro DPVAT - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, estabelece no art. 3º, alínea II, quais são os danos cobertos por ele, que vão de morte a invalidez permanente e/ou parcial, bem como o reembolso com despesas médicas.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Grifos nossos

08. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”
(grifos nosso)

09. Como podemos vê, o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, apesar da Requerida ter reconhecido o acidente, efetuou o pagamento da indenização em valor inferior a aquela que o autor faria *jus*.

10. Conforme podemos comprovar junto as provas aqui colacionadas, os laudos, relatórios e exames médicos, mostram que os problemas de saúde do Obreiro, ocorrido após a acidente de trânsito, deixou como sequelas a **perda funcional do membro inferior direito**, devendo a Requerida ser condenada a pagar a diferença da indenização paga a menor no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), uma vez que o valor que o Requerente faz *jus* a receber é maior que aquele pago, conforme podemos confirmar na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as	

mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

O DANO MORAL

11. Embora o Requerente tenha conseguido o deferimento do pagamento da indenização, a quantia que foi pago, foi menor que a devida, pois, conforme documentos em anexo, o Autor teve perda funcional permanente do membro inferior direito em grau máximo e não de apenas 35% como informado pela Requerida, ou seja, a diferença da quantia devida ao Requerente é bem significativa.

12. Portanto, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o valor devido ao Requerente, prejudicou muito o Autor e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o novo Código Civil nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

13. O Requerente, em virtude de ter recebido um valor menor que aquele garantido por lei ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as seqüelas deixadas pelo acidente, que a limitou permanentemente e mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias não conseguiu receber a quantia que lhe era devida.

14. Além do que, o correto pagamento da indenização daria ao Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação.

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Grifamos

15. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o autor tivesse acesso a um direito estabelecido em lei, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele.

16. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as conseqüências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

17. Frise-se que, valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a diferença da indenização devida, em virtude do acidente de transito narrado acima, no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei 6.194/74 e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova

produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a requerida em danos morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as conseqüências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é R\$ 14.725,00 (quatorze mil setecentos e vinte e cinco)



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju, 22 de janeiro de 2019.

ELTON SOARES DIAS

OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: ACACIO DOS SANTOS, RG 1358859 SSP/SE, CPF 942.824.985-87, casado, motorista, residente e domiciliado na Rua Alfredo Pereira Matos, nº16, Bairro Centro, SÃO CRISTOVÃO/SE, CEP:49100-000.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face Sequedora Loiden, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 22/ novembro 20 18

Acácio dos Santos
ACACIO DOS SANTOS

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada para evitar sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispoem a acidentes pela distração.

Leia e refleta sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Para a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



055911

Número

00006-SE

Série

Assinatura do portador

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome: Alcides Santos

Loc. Nasc.: 09.03.22

Filição: SE

Doc. nº: 1510-7044-1-A-07

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em: 06.11.95

Exp. em: 06.11.95

Obs.: Portador de carteira de trabalho

Data Emissão: 06.11.95

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome: Alcides Santos

Doc.: 1510-7044-1-A-07

Nome:

Doc.:

Nome:

Doc.:

Est. Civil:

Nome:

Doc.:

Est. Civil:

Nome:

Doc.:

Nascimento:



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **02.890.154/0002-86**
 CGC/MF **COMERCIAL SÃO CRISTÓVÃO LTDA.**
 Rua **Rua Marechal Duodoro, N.º 119**
 Município **Centro - CEP 49100-000**
 Esp. do estabelecimento **São Cristóvão - SE**
 Cargo **Operário**
 CBO n.º
 Data admissão **25 de maio** de **1990**
 Registro n.º **11** Fls./Ficha **125**
 Remuneração especificada **R\$ 189,50 (cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) por mês**
COMERCIAL SÃO CRISTÓVÃO LTDA.
F. Rosiane Azevedo da Silva
 1.º **Rosiane Azevedo da Silva**
 Data saída **02 de maio** de **1991**
COMERCIAL SA
Rosiane Azevedo da Silva
 1.º **Rosiane Azevedo da Silva**
 Com. Dispensa CD N.º

Empregador **12490181/0002-41**
 TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA
 TRANSPORTE DE VALORES LTDA
 CGC/MF **Rua Campo de Nilton, 65 - São José**
 Rua **CEP 49020-300**
 Município **ARACAJU - SE** Est. **1**
 Esp. do estabelecimento
 Cargo **Vigilante posts**
 CBO n.º
 Data admissão **01 de fevereiro** de **2007**
 Registro n.º **319** Fls./Ficha
 Remuneração especificada **R\$ 378,00 (trezentos e setenta e oito reais e um centavo) mensal**
TRANSPORTE ALAGOAS
Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Data saída de 19
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Com. Dispensa CD N.º

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CGC/MF
 Rua N.º
 Município Est.
 Esp. do estabelecimento
 Cargo
 CBO n.º
 Data admissão de de 19
 Registro n.º Fls./Ficha
 Remuneração especificada
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Data saída de de 19
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Com. Dispensa CD N.º

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CGC/MF
 Rua N.º
 Município Est.
 Esp. do estabelecimento
 Cargo
 CBO n.º
 Data admissão de de 19
 Registro n.º Fls./Ficha
 Remuneração especificada
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Data saída de de 19
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1.º 2.º
 Com. Dispensa CD N.º

SHISLEY
CORRETORA

17 SET. 2018

DPVAT/SE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - SE
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA - RENAVAM - R.N.T.R.C. - EXERCÍCIO

ACACIO DOS SANTOS

CPF / CNPJ 942.024.985-07

PLACA ANT / UF NVG4122

CHASSI NVG4122

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN EST

CAP / POT / CIL 200CV/149CC

CATEGORIA PARTIC

COR PREDOMINANTE PRETA

COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

ANO FAB 2011

ANO MOD 2011

DATA 01/03/2016

SEM RESTRICÇÃO

SE N° 012540126407 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

VIA - RENAVAM - CPF / CNPJ 942.024.985-07

PLACA NVG4122

CHASSI NVG4122

MARCA / MODELO HONDA/CG 150 FAN EST

ANO FAB 2011

ANO MOD 2011

DATA EMISSÃO 01/03/2016

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 129,03

IOF (R\$) 1,11

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15

CUSTO DO SEGURO (R\$) 143,37

TOTAL SEM PAGO PRO SEGURO (R\$) 292,01

PAGAMENTO

COTA ÚNICA

PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO 23/02/2016

SEGUROADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.609/0001-04

www.seguradoralider.com.br

OUT / 2015

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

Caso deseje apresentar alguma reclamação, sugestão, elogio ou denúncia, conte com a Ouvidoria-Geral. Ligue 135 ou encaminhe e-mail através do Fale Conosco, localizado no PrevNet (www.previdencia.gov.br)

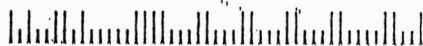


PREVIDENCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



004223



ACACIO DOS SANTOS
ALFREDO PEREIRA MATOS 16 CASA
CENTRO
SAO CRISTOVAO - SE
49100.000



50131969874095100000000756030160518

REMETENTE

007680

INSS
AG DA P SOCIAL ARACAJU - SIQUEIRA CAMPOS
RUA FLORIANOPOLIS, 349
SIQUEIRA CAMPOS
ARACAJU - SE
49075.250

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | <input type="checkbox"/> RECUSADO | <input type="checkbox"/> INFORMACAO ESCRITA PELO |
| <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO | <input type="checkbox"/> PORTEIRO/SINDICO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O NUMERO | <input type="checkbox"/> AUSENTE | <input type="checkbox"/> OUTROS |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> FALLECIDO | |

REINTEGRADO AO SERVICO POSTAL EM

EM: 0000/0000/0000

RESPONSÁVEL

VISTO

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INTERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

SUA VOZ PODE
CALAR O CRIME

SUA IDENTIDADE PRESERVADA. SUA SEGURANÇA GARANTIDA.



SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA



SERGIPE



DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

AVENIDA AUGUSTO MAYNARD 552, SAO JOSE FONE:() (79)3211-7552

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2016/06515.0-002612

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Endereço: AVENIDA AUGUSTO MAYNARD 552, SAO JOSE FONE:() (79)3211-7552

FATO

Data e Hora do Fato: 19/02/2016 - 07:00 até 19/02/2016 - 07:00

Endereço: AV. HERMES FONTES Número: Complemento: CEP: 49000-000

Bairro: GRAGERU Cidade: ARACAJU - SE Circunscrição: DELEGACIA ESP. DE DELITOS DE TRÂNSITO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ACACIO DOS SANTOS

Nome do pai: JOAO ALVES DOS SANTOS Nome da mãe: JOSEFA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 942.824.985-87 RG: 13588591 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: ITAPORANGA DAJUDA Data de nascimento: 09/03/1977 Sexo: Masculino Cor da cútis: Parda

Profissão: MOTORISTA Estado civil: Casado Grau de instrução: 2º Grau Completo

Endereço: RUA ALFREDO PEREIRA MATOS Número: 16 Complemento:

CEP: 49.100-000 Bairro: CENTRO Cidade: SAO CRISTOVAO UF: SE

Proximidades: Telefone: 079 9-8822-0896

PERÍCIAS E ATENDIMENTO HOSPITALAR

Perícia: IML Guia de Exame

Descrição: LESÃO CORPORAL - ACACIO DOS SANTOS

HISTÓRICO

Relata a vítima que conduzia a motocicleta HONDA/CG 150 FAN ESI, COR PRETA, ANO/MODELO 2011/2011, PLACA NVG 4122/SE, CHASSI 9C2KC1670BR352761, licenciada em nome de ACÁCIO DOS SANTOS, pelo local, dia e horário acima mencionados, quando colidiu na traseira de um veículo não identificado; Aduz a vítima que o carro estava parado na faixa de pedestre e no momento do acidente chovia muito e ao frear a motocicleta ela derrapou e a vítima perdeu o controle e colidiu na traseira do veículo; Que na queda a vítima sofreu fratura exposta da tíbia direita e escoriações pelo corpo; Que foi levado por uma ambulância do SAMU para o HUSE; Que a primeira cirurgia foi feita no HUSE e outras três cirurgia foram feitas no Hospital Gabriel Soares.

Data e hora da comunicação: 14/11/2016 às 10:48

, Última Alteração: 14/11/2016 às 10:49.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

ACACIO DOS SANTOS
Responsável pela comunicação

Roberval Rodrigues Bernadino
Responsável pelo preenchimento

Roberval Rodrigues Bernadino
Agente de Polícia
Matrícula: 549.411 SSP/SE



CARTÓRIO 1º OFÍCIO
SÃO CRISTÓVÃO / SE

Rua Ivo do Prado, 45 - Centro Histórico
Telefone: (79) 3261-1205
E-mail: extra.1saocristovao@tjse.jus.br

TITULAR: RIVANDA CARMELO

CERTIFICO e dou fé que apresente cópia fotostática é a reprodução fiel da original que me foi exibida. Selo digital TJSE n.º: 201829610012561. Acesse: www.tjse.jus.br/x/73UMR4. Em Teste da verdade. São Cristóvão/SE. Data: 08/08/2018. (a). RUBENS DA SILVA NETO SUBSTITUTO.

"VÁLIDO SOMENTE COM SELLO DIGITAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS"

CARTÓRIO 1º OFÍCIO - SÃO CRISTÓVÃO/SE

Rivanda Carmelo

Titular

Rubens da Silva Neto

Substituto

Pedro Perceira P. Neto

Assinado

RELATÓRIO 0411 / 2016 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1602190065 / SR – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **07h07min** do dia **19 de Fevereiro de 2016**, para atendimento de vítima identificada como **Acácio**, com relato de **colisão carro x moto**, na Avenida Hermes Fontes – Bairro Grageru, município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju**, removeu a vítima para **Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE** no município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

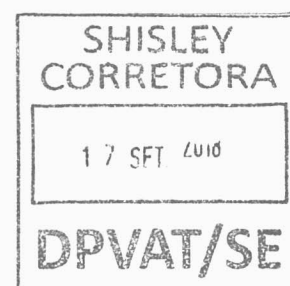
Aracaju, 28 de Março de 2016

M.^a Roberta S. Barreto
Médica
CREMESP - 3699

Maria Roberta Santana Barreto

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

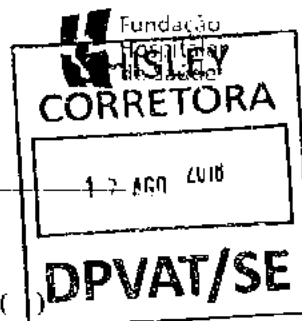




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Wesley dos Santos
 DATA DA ENTRADA: 19/02/2016
 DATA DA SAÍDA: 24/02/2016



INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de colisão moto e carro. Hemorragicamente estável. Apresenta ferida exposta no punho direito, com perfos palpebrais. O Rx mostra fratura de 1^o TO e fratura de 2^o TO. Encefalo e pulmões sem alterações. O hospital recebeu o paciente com fratura de punho direito e fratura de 1^o TO. O paciente foi encaminhado para o hospital de destino para tratamento definitivo.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

TO e fratura de punho direito com fixação externa em AID. (Fim de procedimento).

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx de punho D e P.
 Radiografia de crânio.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Marcelo Miyoshi
 Dr. João Henrique Silva
 Dr. Roberto Celso

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO (X) ÓBITO ()

ARACATI, 23 de junho de 2016

Dr. Luiz P. Bank

MEDICO RESPONSÁVEL POR ANÁLISE DE PROSTABATO

OBS: Todas as informações contidas neste relatório são de caráter informativo e não substituem a responsabilidade do médico responsável pelo diagnóstico e tratamento.

Assinatura do Médico Responsável
 Luiz P. Bank
 CRM 123456

DATA 24/01/1941 41 ANOS

HOME: 1000 1st St / 1 / 1

DIAGNÓSTICO(S): Malária 2^a fase

EVOLUÇÃO MÉDICA: _____

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE _____

DIAS	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
	1º. Dieta Livre	
	2º. Cateter Hidrolizável	
	3º. SF 0,9 % 1000 ml EV P/ 24hs	
	6º. Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs SOS	
	7º. Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	
	8º. Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs SOS	
	9º. Omeprazol 40mg EV 1 x dia às 6hs ou Antak 2mL+ 18 ml AD EV 12/12hs	
	10º. Tramal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	
	11º. Clexane 40mg 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 8/8H	
	12º. Óleo Mineral, 10 ml, VO antes das refeições até primeira defecção SOS	
	13º. Luftal, 40 gotas, VO, 8/8H SOS	
	14º. Glicose 25% 04 AMP EV SE GC < = 80	
	15º. Captopril 25 mg SL se PAS – PAD > = 180x100mmHg	
	16º Dextro 6/6hs, se for diabético	
	17º. Insulina Regular SC, após o dextro 201 – 250: 02UI 301 – 350: 06UI 251 – 300: 04UI 351 – 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
	18*. Membros Superiores Ou inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	
	19º. Colchão de Ar e Mudanças Decúbito 3/3hs SOS	
	20º. SSVV 6/6HS	
	21* Curativos Diários 1 x dia	

Dr. Antonio Franco Cabral
CRM 850
Ortopedia Traumatologia

Médico

LA

Validado

Nome: AGACIO DOS SANTOS

Sexo: Desconhe.

ID do doente: UPC

Data nascimento:

ID da amostra: 21

Data/hora da colheita:

Localização:

Médico:

Ensaio	Resultado	Unidades	Alertas	Intervalo	Data da conclusão Hora da conclusão	
CreaC	1.06	mg/dL	CNTL	0.60 - 1.30	23.02.2016	01:00
3buC	128	mg/dL	CNTL, HIGH	70 - 99	22.02.2016	22:26
UGO	148	U/L	HIGH	5 - 34	23.02.2016	01:02
UGP	69	U/L	CNTL, HIGH	0 - 55	23.02.2016	01:02
Jrea	22	mg/dL		15 - 56	23.02.2016	01:00

Fim do registo da amostra

Handwritten signature and date: 23/02/2016

HUSE
LABORATORIO

ID: 220216N09
NOME: ACACIO DOS SANTOS

Setor: UPC
DATA: 22/2/2016 20:29:13
SOLICITACAO

NOME DO TESTE	RESULTADO		REFERENCIA
TEMPO DE PROTROMBINA	13,9	seg	CONTROLE: 14.0 seg
INR	0,91		ate 1.20
Atividade	117	%	70 - 100
TTPA (PACIENTE)	31,9	seg	22.6 a 35.0 seg, dos
RELACAO	1,00		ate 1.25

Handwritten signature and date: 22/2/16

Printed: 22/2/2016 21:52:33

29.08.10

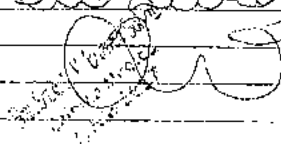
HCM

Paciente estável, sem
febre no momento.
Refeição melhora progressi-
va nos dias em ML.

Refeições líquidas
passando

Estável

Dr. [Signature]





Unidade:

Leito:

Atendimento:

Nome:

J. de S. dos Santos

DIAGNÓSTICO

MEDICAMENTOS EM USO

HORA

DATA

EVOLUÇÃO

28.09.16

F CM

Podemos estar no, sem mais
queixa com dor na região
superior, dor no peito, dor no

Costas, dor no

Prigogoso

Isolado

Letargia progressiva na

ambos os MI, 2/ de dor
na região

de dor no

CM



Unidade:

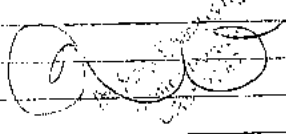
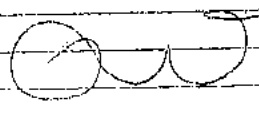
Lugar:

Atendimento:

Nome:

Leandro dos Santos

DIAGNÓSTICO	MEDICAMENTOS EM USO

HORA	DATA	EVOLUÇÃO
01.03.16	# CM.	Paciente estável, sem febre, sem tosse. Rulmar Lemos Ca: Monitorar (Car. Lab) 
02.03.16	# CM.	Paciente evoluindo bem, sem febre ou tosse. Mantendo dieta, medicação e oxigênio. Rulmar Lemos Oxigênio saturação > 95%. Ca: Monitorar
03.03.16	# CM.	Melhorando, apresentando boa tosse. Sem febre, sem tosse. Rulmar Lemos Ca: Monitorar 
04.03.16	# CM.	Paciente mantendo quadro estável, sem febre, sem tosse. Melhorando importante de tosse. Ca: Alta hospitalar In: amoxiclavina 500/125 mg Ca: Alta

Evolução Médica COD. 76546

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Prescrição: 8815621	Atendimento: 34502161	Prontuário: 7488447	Data: 25/02/2016	Hora: 04:39
ente: ACACIO DOS SANTOS		Convenio: HAPVIDA ARACAU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	
			Peso: 80.00 kg	Leito: ENF006/1
hidratação Venosa	3 Fases	Vol. Total: 165.67 ml	7.00 gts/min	Acesso Periférico 114 2 06 0
SORO FISIOLÓGICO 0.9%	18.52 ml/Kcal/dia	500 ml		
CLORIDRATO DE CLINDAMICINA (150.00mg/ml)	600mg	4 ML	(AMPL C/600MG) 8/8h	EV 18 18 24 06 0
	Soro Fisiológico 0.9%	100 ml		
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA (400.00mg)	400mg		(AMPL C/400MG) 12/12h	EV 18 18 24 06 0
TRAMAL (50.00mg/ml)	100mg	2 ML	(AMPL C/100MG) 12/12h	EV 18 18 24 06 0
	Soro Fisiológico 0.9%	100 ml		
OMEPRAZOL (40.00mg)	40mg	1 FRAP (C/40MG)	24/24h	EV 18 18 24 06 0
	Aqua Destilada	18 ml		
DIPIRONA (500.00mg/ml)	1500mg	2 ML	(AMPL C/500MG) 6/6h	EV 18 18 24 06 0
	Aqua Destilada	18 ml		

SANAR 06h 4h 4h 4h

CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 1500mg
SORO FISIOLÓGICO 100ml

Dr. Bruno Moura da Conceição
Médico
CRM/SE 4816



12:00 P.M. 120 x 80 Wm Wang

Nº Prescrição: 8536643		Atendimento: 34502181		Prontuário: 7488447		Data: 27/02/2016		Hora: 06:59									
Paciente: ACACIO DOS SANTOS				Convenio: HAPVIDA ARACAJU		Posto: POSTO INTERNACAO HGS											
						Peso: 80.00 kg		Leito: ENF10/1									
1. DIETA BRANDA-ADULTO / PAUTA A. CAINE 4/00 OXIAL																	
2. Insuficiência Venosa 3 Fases V. Ven. (Fase 1) 1000 ml 7.00 g/min																	
3. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 400mg (400.00mg) 2x/dia (AMPL C/400MG 12/12h) EV																	
4. CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 600mg 4 ML (AMPL C/600MG 6/6h) EV																	
5. PLANET (5.00mg/ml) Soro Fisiológico 0.9% 10mg 2 ML (AMPL C/10MG) 6/6h EV																	
6. DIFENIDOL (500.00mg/ml) Água Destilada 100mg 2 ML (AMPL C/500MG 6/6h) EV																	
7. OMEPRAZOL (40.00mg) Água Destilada 40mg 1 FLAP (C/40MG) 24/24h EV																	
8. TIAMAL (50.00mg/ml) Soro Fisiológico 0.9% 100mg 2 ML (AMPL C/100MG 12/12h) EV																	
9. CONCENTRADO DE HEMÁCIAS 1 Lota (C) 6/6h EV																	
10. SINAIS VITAIS																	
11. CURATIVO COM ATADURAL E AZEÍ ACORNOA																	

Handwritten signature.

IMP101

SALA AMB/24 - CLINICA II SUBAL 27/02/2016 06:52

10.1.22.151

Handwritten signature and stamp: "FELIX MONTEIRO" and "COORDENADOR DE SERVIÇOS" with date "27/02/2016".

Nº Prescrição: 8844013		Atendimento: 34602161		Prontuário: 7488447		Data: 28/02/2016		Hora: 08:14	
Paciente: ACACIO DOS SANTOS		Convenio: HAPVIDA ARACAJU				Posto: POSTO INTERNACAO - HGS		Lett: ENF10/1	
1. DIETÁ BRANDA-ADULTO / PARA A IDADE		4/4h		ORAL		SND			
2. Hidratação Venosa 3 Fases		Vol. Total: 168.67 ml		7.00 gts/mln		Acesso Periférico			
SORO FISIOLÓGICO 0,9%		18.62 ml/Kcal/dia		500 ml					
3. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA (400.00mg)		400 mg		(AMPL C/400MG 12/12h)		EV			
4. CLORIDRATO DE CLINDAMICINA (150.00mg/ml)		600 mg		4 ML (AMPL C/600MG 6/6h)		EV			
Soro Fisiológico 0,9%		100 ml							
5. PLAMET (8.00mg/ml)		10 mg		2 ML (AMPL C/10MG) 8/8h		EV			
Água Destilada		18 ml							
6. DIPIRICINA (500.00mg/ml)		1000 mg		2 ML (AMPL C/500MG 6/6h)		EV			
Água Destilada		15 ml							
7. OMEPRAZOL (40.00mg)		40 mg		1 FRAP (C/40MG)		24/24h		EV	
Água Destilada		18 ml							
8. TRAMAL (50.00mg/ml)		100 mg		2 ML (AMPL C/100MG 12/12h)		EV			
Soro Fisiológico 0,9%		100 ml							
9. CLEXANE (40.00mg/ml)		40 mg		0,4 ML (SÉRI C/40MG)		24/24h		SC	
10. CONCENTRADO DE HEMACIAS		1 bolsa		(C)		8/8h		EV	
11. SINAIS VITAIS		6/6h							
12. CURATIVO COM ATADURA E GAZE ACOCOROA		12/12h							

duo o ego um pto repõe

[Handwritten signature]

CAMILA MARTINS OLIVEIRA
ENFERMEIRA OBS/ETRA
CORENSE 388037

RP1644

SARA ANDREZZA VEIGA B. SOBRAL

28/02/2016 08:15

192.85.4.32



PRESCRIÇÃO MÉDICA

Página 1 de 1

Emissão: 29/02/2018 10:33:04

Nº Prescrição: 6054927	Atendimento: 34502161	Prontuário: 7488447	Data: 29/02/2018	Hora: 10:30
Paciente: ACACIO DOS SANTOS		Convenio: HAPVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	
			Peso: 80.00 kg	Leito: ENF10/1
1. DIETA BRANDA-ADULTO / PARA A IDADE 3AN ORAL				
2. LITERAÇÃO Venosa 3 Fases Vol. Total: 166,67 ml 7.00 gts/min Acesso Periférico				
3. SORO FISIOLÓGICO 0,9% 18.52 ml/Kcal/dia 800 ml (AMPL C/400MG 12/12h) EV				
4. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 400mg 4 ML (AMPL C/400MG 8/8h) EV				
5. CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 600mg 4 ML (AMPL C/600MG 8/8h) EV				
6. PLAVIX (90.00mg/ml) 100mg 2 ML (AMPL C/180MG 12/12h) EV				
7. DIPHENHYDRA (50.00mg/ml) 10.00mg 2 ML (AMPL C/50.00MG 8/8h) EV				
8. CMEPIAZOL (10.00mg) 40mg 1 FLIAL (C/40MG) 24/24h EV				
9. TRAMAL (50.00mg/ml) 100mg 2 ML (AMPL C/100MG 12/12h) EV				
10. GLEXANE (40.00mg/ml) 40mg 0.4 ML (SEHI C/40MG) 24/24h SC				
11. CONCENTRADO DE HEMACIAS 1 bolsa (C) 8/8h EV				
12. SINAIS VITAIS 8/8h				
13. CURATIVO COM ATADURA E GAZE ACÓCHOA 12/12h				

Fernando 25 mg VO
8185

04

04

04

RP1541

SARA ANDREZZA VEIGA B. SOBRAL

29/02/2018 10:33

10.1.22.150

Prescrição: 8064104		Atendimento: 3450210		Prontuário: 7408447		Data: 01/03/2016		Hora: 08:34	
Paciente: ACACIO DOS SANTOS				Convenio: NAPVIDA ARACAJI		Posto: POSTO INTERNACAO - HG8			
						Peso: 80.00 kg		Leito: ENF10/1	
1. DIETA BRANDA-ADULTO / PAUTA ADAPTE									
2. Hidratação Venosa a Fluxo Vol. Total: 165,67 ml 7.00 gts/min Acesso Periférico									
3. SORO FISIOLÓGICO 0.9% 18.62 ml/100ml DOZ ml									
4. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA 400mg (400.00mg) 400mg (AMPL C/400MG 12/12h) EV									
5. CLORIDRATO DE CLINDAMICINA 300mg (150.00mg/ml) 300mg 4 ML (AMPL C/300MG 6/6h) EV									
6. FENERGEM (25.00mg) 25.00mg 100 ml 1 COMP(C/25MG) 6/6h ORAL									
7. CEFEXATO (10.00mg/ml) 40mg 0.4 ml (500 MG C/500MG) 24/24h EV									
8. PLAMET (5.00mg/ml) 10mg 2 ML (AMPL C/500MG) 6/6h EV									
9. DIFENON (500.00mg/ml) 1500mg 3 ML (AMPL C/500MG 6/6h) EV									
10. OMEPRAZOL (40.00mg) 40mg 1 FRAL (C/40MG) 24/24h EV									
11. TRAMAL (50.00mg/ml) 100mg 2 ML (AMPL C/100MG 12/12h) EV									
12. SINAIS VITAIS									
13. CURATIVO COM ATADURA E GAZE ADCHOA 12/12h									

Assinatura Médica

Assinatura Médica

Assinatura Médica



PRESCRIÇÃO MÉDICA

Página 1 de 1

Emissão: 02/03/2016 10:21:57

Pré-prescrição: 8873427		Atendimento: 34582161		Prontuário: 7498447		Data: 02/03/2016		Hora: 10:21						
Paciente: ACACIO DOS SANTOS		Convênio: IAP/IDA ARACAU		Posto: POSTO INTERNACAO - HGS		Peso: 80.00 kg		Leito: ENF10/1						
1 DIETA BRANDA-ADULTO / PARA A IDADE										47An	011An			
2 Hidratação Venosa 3 Falete										Vel. Flui: 100.0 ml	7.00 gts/min	Accesso Periférico		
SORO FISIOLÓGICO 0.9%										18.02	ml/Kcal/dia	600 ml		
3 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA (400.00mg)										400mg	(AMPL C/400MG)	12/12h	EV	
4 CLORIDRATO DE CINDAMICINA (150.00mg/ml)										600mg	4 ML	(AMPL C/600MG)	8/8h	EV
Soro Fisiológico 0.9%										100.0ml				
5 FENEPHAN (25.00mg)										25.0mg	1.00ML (C/25.0MG)	8/8h	C/VAL	
6 FENEPHAN (25.00mg)										25.0mg	1.00ML (C/25.0MG)	Aguda	C/VAL	
7 CLEXANE (40.00mg/ml)										40mg	0.4 ML	(SERI C/40MG)	24/24h	SC
8 TRAMAL (50.00mg/ml)										100mg	2 ML	(AMPL C/100MG)	12/12h	EV
Soro Fisiológico 0.9%										100.0ml				
9 DIPIRONA (500.00mg/ml)										1000mg	2 ML	(AMPL C/500MG)	8/8h	EV
Água Destilada										18.02				
10 OMEPRAZOL (40.00mg)										40.0mg	1.00ML (C/40MG)	24/24h	EV	
Água Destilada										18.02				
11 PLAVIT (5.00mg/ml)										10.0mg	2 ML	(AMPL C/10MG)	8/8h	EV
Água Destilada										18.02				
12 S.NAIS VITAIS										8/8h				
13 CURATIVO COM ATAJURA E GAZE ADROCHOA										12/12h				
14 CURATIVO DE QUEIMADURA C/ SULFADIAZOL														

HGS

SANTA ANEILIZIA VIEIRA SOBRINHA

02/03/2016 10:21

p.1 02.150



PRESCRIÇÃO MÉDICA

Página 1 de 1

Emissão: 03/03/2016 07:31:36

Nº Prescrição: 8086346	Atendimento: 34559163	Prontuário: 7480447	Data: 03/03/2016	Hora: 07:30
Paciente: ACACIO DOS SANTOS	Convênio: MAPVIDA ARACAJU		Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	
			Peso: 80.00 kg	Leito: ENF10/1
1 DIETA BRANDA-ADULTO/PAVÃO BRANCO				
2 Hidratação Venosa 3 Passos Vol. Total: 100.07 ml 7.00 gts/min Adesão Periférica				
8 GRU FISIOLÓGICO 0.9% 10.12 ml/Solução 500 ml				
3 CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA (400.00mg) 400 mg (AMPL 0400MG 12/12h) EV				
4 CLORIDRATO DE CLINDAMICINA (150.00mg/ml) 600 mg 4 ML (AMPL 0400MG 6/6h) EV				
Soro Fisiológico 0.9% 100 ml				
5 FENERGAN (25.00mg) 25 mg 1 COMP(C25MG) 8/8h ORAL				
6 FENERGAN (25.00mg) 25 mg 1 COMP(C25MG) 8/8h ORAL				
7 CLEXANE (40.00mg/ml) 40 mg 0.4 ML (SERI 0400MG) 24/24h SC				
8 TRAMAL (50.00mg/ml) 100 mg 2 ML (AMPL 0100MG 12/12h) EV				
Soro Fisiológico 0.9% 150 ml				
9 DIPIRONA (500.00mg/ml) 1000 mg 2 ML (AMPL 0500MG 6/6h) EV				
Água Destilada 10 ml				
10 OMEPRAZOL (40.00mg) 40 mg 1 COMP(C40MG) 24/24h PO				
Água Destilada 10 ml				
11 P.A.M.T (5.00mg/ml) 10 mg 2 ML (AMPL 010MG) 6/6h EV				
Água Destilada 10 ml				
12 SINAIS VITAIS				
13 CURATIVO COM ATADURA E GAZE ACOÇÃO				
14 CURATIVO DE QUEIMADURA C/ SULFADIAZIN				

Médico:

MAYARA LOPES VIEIRA D. CORREIA

CRP 350016 07.01

16.1.22.139

Nº Prescrição: R806272	Atendimento: 345021b1	Prontuário: 7488447	Data: 04/03/2016	Hora: 10:53
Paciente: ACACIO DOS SANTOS		Convênio: HARVIDA ARACAJU	Posto: POSTO INTERNACAO - HGS	
			Peso: 60.00 kg	Leito: ENF10/1
1. DIETA BRANDA-ADULTO / PAIVA A. DADE				
4/4h ORAL				
2. Hidratação Venosa 3 Fases	Vol. Total: 166.07 ml	7.00 gts/min	Acesso Periférico	
SORO FISIOLÓGICO 0.9%	18.52 ml/Kcal/dia 600 ml			
3. CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA (400.00mg) (Q1/12)	400 mg	(AMPL C/400MG 12/12h)	EV	
4. CLORIDRATO DE CLINDAMICINA (150.00mg/ml)	800 mg	4 ML (AMPL C/600MG 6/6h)	EV	
Soro Fisiológico 0.9%	100 ml			
5. FENERGAN (25.00mg)	25 mg	1 COMP(C/25MG)	8/8h	ORAL
6. FENERGAN (25.00mg)	25 mg	1 COMP(C/25MG)	Agua	ORAL
7. CLEXANE (40.00mg/ml)	40 mg	0.4 ML (SERI C/40MG)	24/24h	SC
8. TRAMAL (50.00mg/ml)	100 mg	2 ML (AMPL C/100MG 12/12h)	EV	
Soro Fisiológico 0.9%	100 ml			
9. DIFENIDOL (500.00mg/ml)	1000 mg	2 ML (AMPL C/500MG 6/6h)	EV	SN
Agua Destilada	18 ml			
10. OMEPRAZOL (40.00mg)	40 mg	1 FRAP (C/40MG)	24/24h	EV
Agua Destilada	18 ml			
11. PLAMET (5.00mg/ml)	10 mg	2 ML (AMPL C/10MG)	8/8h	EV
Agua Destilada	18 ml			
12. SINAIS VITAIS		6/6h		
13. CURATIVO COM ATADURA E GAZE ACOCHOA		12/12h		
14. CURATIVO DE QUEIMADURA C/ SULFADIAZIN				

Alta Hospitalar



RP1541

SARA ANDREZZA VEIGA B. SOUZA, 1 04/03/2016 10:54

10.1.22.151

HORA	DATA	EVOLUÇÃO
02:50	07/07/68	<p>Admido 5800. PA = 110 x 80 mmHg. FC = 70 bpm. T = 37.0°C. FC = 70 bpm. T = 37.0°C.</p> <p>Admido 5800. PA = 110 x 80 mmHg. FC = 70 bpm. T = 37.0°C. FC = 70 bpm. T = 37.0°C.</p>
03:00	07/07/68	<p>Admido 5800. PA = 110 x 80 mmHg. FC = 70 bpm. T = 37.0°C. FC = 70 bpm. T = 37.0°C.</p> <p>Admido 5800. PA = 110 x 80 mmHg. FC = 70 bpm. T = 37.0°C. FC = 70 bpm. T = 37.0°C.</p>

EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO

HOSPITAL

Nome do paciente: Acácio dos Santos
Idade: _____ Leito: DOP Dias de internação: _____
HD: _____ Unidade: _____

ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA EVOLUÇÃO	ÁREA FÍSICA
1. Nível de Consciência e Comportamento	8. Controles Vitais (Média do Período)
2. Comunicação / Respostas	9. Trocas, Sondas, Cateteres e Ostomias
3. Locomoção / Sono e Repouso	10. Membros / Sistema Vascular
4. Torax / Sistema Respiratório e Circulatório	11. Feridas / Evolução da Ferida
5. Ingesta	12. Sinais e Sintomas Referidos
6. Abdome / Sistema Respiratório	13. Exames e Procedimentos Realizados
7. Eliminações	14. Orientações e Adicionais do Enfermeiro

13.00 27/12	Realizado curativo em MIE Surgimento perineal com forte odor, tração externa. Aplicado SF 0,9% morno e sulfadiazina de prata gaze algodoador e atadura 15cm (4). Enfermeira GCR/ENF 102961
05.00 27/12	Realizado novo curativo em MIE com SF 0,9% morno, sulfadiazina, gaze algodoador e atadura 15cm (2) e 10cm (2). Surgimento em grande quantidade molenta, melhora de odor.
10.38 28.02	Realizado curativo em MIE com permeio de tecido desvitalizado, apresenta melhora do odor, drenagem permeio autômato, realizado limpeza da ferida. Enfermeira Adriana dos Santos GCR/ENF 102961

10571A



Nome do paciente:

Index

Leírás:

Dias de Internação:

149

Unidades

ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA AVALIAÇÃO

CONJUG FISH

3. Nível de Consciência e Comportamento

B. Controles Vitais (Média do Período)

2. Comunicação / Respostas

9. Drejos, Sondas, Cateteres e Ostomias

4. Locomotores / Sono e Repouso

10. Membros / Sistema Vascular

†. *Journal of Superficial Neoplasms and Carcinoma*

11. Polp / Evolução da Feijola

5. Ingesta

17. Sinais e Sinaismas Referências

5. Abdomen / Sistema Respiratório

3. Exames e Procedimentos Realizados

၇ မြောက်လမ်း

14. Orientações e Adicionais do Enfermeiro

2316

23.0216

Realizado em 15 de maio de 1950, com a presença de
pessoas físicas e jurídicas de "Nossa Associação"
que tinham interesse de promover a mudança e
para com o mesmo, o objeto da presente é
relatório exposto, relatando a situação da
empresa de fiação e tecelagem.

14.35

01-0316

Kalkül der Ideale in R.I.D., realge
 implizite Probleme d. reellen Ebene
 samplendite Punkte reellen in algebra
 Lösung, fende, Probleme d. faden in borda
 realge, komplexe, non-ideal, I.D., in faden
 drücken, implizite, implizite

1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 26



FID: _____ Unidade: _____

DATA	LOCAL	CONDIÇÃO
29.3.10	01.03.10	Realizado cirurgia em fraca ductura M.I.D., com fraca a fraca, muita secreção purulenta, não de espessura, lavado com 5% de água salina, irrigado com compressas. Exame em observação com cuidados de uma megal.
11.10	02.03.10	Realizado cirurgia em M.I.D., com fraca a fraca, muita secreção purulenta, irrigado com 5% de água salina, irrigado com compressas. Exame em observação com cuidados de uma megal.



HOSPITAL

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Nome do paciente: Acácia dos SantosAtendimento: _____ Leito: 104 Unidade: interData: 25/02/16

MANHÃ

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA
06:30	Paciente admitido neste setor por motivo de internamento do aparelho em uso. AVE em USO ocular bem o	 Thana Valéria Costa dos Santos Auxiliar de Enfermagem COREN-SE 000.771.018
12:00	Paciente ocular bem o duto mda do aparelho, medicação médica clindamicina e dipirona segue sem intercorrências.	

TARDE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA
13:00	Paciente em uso de soro de reposição em companhia de familiares.	 Debora Santos Silva Auxiliar de Enfermagem COREN-SE 769.234
14:00	Realizado um novo exame de urina, medicação prescrita.	
15:00	Realizado banho com água de lavagem e álcool.	 Debora Santos Silva Auxiliar de Enfermagem COREN-SE 769.234
16:00	Paciente em uso de soro de reposição.	
17:00	Paciente em uso de soro de reposição.	
18:00	Paciente em uso de soro de reposição.	

NOITE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA
19h	Paciente em uso de soro de reposição, orientado, com sinais vitais estáveis.	 Debora Santos Silva Auxiliar de Enfermagem COREN-SE 769.234
20h	Paciente em uso de soro de reposição, com sinais vitais estáveis.	
21h	Paciente em uso de soro de reposição, com sinais vitais estáveis.	
22h	Administrado a medicação prescrita.	
01h	Administrado a medicação prescrita.	 Debora Santos Silva Auxiliar de Enfermagem COREN-SE 769.234
02h	Administrado a medicação prescrita.	
03h	Paciente em uso de soro de reposição, com sinais vitais estáveis.	

SINAIS VITAIS

HORA: 12:00	PA: 130 x 70 mmHg	T: 36,2 °C	P: 91 bpm	R: 14 rpm	ASS:
HORA: 13:00	PA: 130 x 70 mmHg	T: 37,1 °C	P: 83 bpm	R: 13 rpm	ASS:
HORA: 14:00	PA: 130 x 80 mmHg	T: 37,2 °C	P: 92 bpm	R: 13 rpm	ASS:
HORA: 16:00	PA: 130 x 80 mmHg	T: 37,5 °C	P: 80 bpm	R: 14 rpm	ASS:
HORA: 18:00	PA: x mmHg	T: °C	P: bpm	R: rpm	ASS:
HORA: 20:00	PA: x mmHg	T: °C	P: bpm	R: rpm	ASS:



HOSPITAL

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Nome do paciente: _____

Atendimento: _____ Leito: _____ Unidade: _____

Data: 23/11/2014

MANHÃ

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA

TARDE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA

NOITE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA

SINAIS VITAIS

HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:
HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:
HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:
HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:
HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:
HORA:	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	ASS.:

TERMO DE RESPONSABILIDADE E OUTROS AJUSTES

DADOS DO PACIENTE

Nome: ACACIO DOS SANTOS

RG: 1358859

CPF: 94282498587

Endereço: ALFREDO PEREIRA MATOS 16 CENTRO SAO CRISTOVAO SE 49100000

DADOS DO RESP. LEGAL (NA IMPOSSIBILIDADE DO PACIENTE ASSINAR)

Nome: ACACIO DOS SANTOS

RG: 1358859

CPF: 94282498587

Endereço: ALFREDO PEREIRA MATOS 16 CENTRO SAO CRISTOVAO SE 49100000

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o paciente acima qualificado ou, na impossibilidade do mesmo fornecer seus dados e/ou subscrever este termo, o seu responsável acima identificado, um ou outro reconhecem que foram devidamente esclarecidos sobre a condição de saúde do referido paciente, sob tratamento no ULTRASOM S/S ARACAJU - HOSP GABRIEL SOARES.

Declararam, mais, que os profissionais responsáveis pela assistência médica do paciente em momento indicaram as opções de tratamento médico-hospitalar constantes no prontuário respectivo.

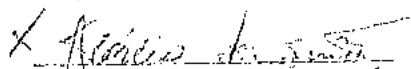
Mesmo considerando os riscos inerentes, o signatário responsabilizou-se integralmente e optou pelo seguinte tratamento (a ser conferido ao enfermo acima qualificado):

307271111 FRATURAS DE FIBULA (INCLUI O DESCOLAMENTO EPIFISARIO) - TRATAMENTO CIRURGICO

O signatário, após devidamente ciente de todos os riscos do tratamento acima especificado, optou pela adoção de tal prática médica, por entender que esta constitui a melhor assistência a ser dispensada ao paciente, responsabilizando-se integralmente por sua decisão.

O paciente e/ou seu responsável declararam, portanto, estarem absolutamente informados sobre o procedimento médico a que o paciente será submetido, ludo em obediência aos arts. 46, 48, 49, 53, 56 e 59. do Código de Ética Médica.

SAO CRISTOVAO SE ,18 de MAIO, de 2016



Paciente ou Responsável Legal

TESTEMUNHAS:

ESTE PRONTUÁRIO É PROPRIEDADE DO HOSPITAL. PROIBIDO SER REGRADO DO HOSPITAL.

Prontuário	Nome do Paciente	Sexo	Nascimento	Idade
7488447	ACACIO DOS SANTOS	M	09/03/1977	39
RG	CPF	Carteira Profissional	Estado Civil	
1358859 SSP SE	94282498587		1-CASADO	
Endereço				
R ALFREDO PEREIRA MATOS 16 CENTRO SAO CRISTOVAO-SE CEP:49100000				
Telefone Residencial	Telefone Trabalho	Nome da Mãe		
3261-1859	8822-0898	JOSEFA DOS SANTOS		

DADOS DO ATENDIMENTO

Setor			
800535-RECEPCAO PRINCIPAL - HGS ARACAJU			
Data	Hora	Matricula	Tipo Documento
18/05/2016	11:47		
Médico Atendente			Clinica
1516655 MARCIO DE FARIAS ALVES			4-CIRURGICA
Médico Acompanhante			Tipo Atendimento
1516655 MARCIO DE FARIAS ALVES			0 INTERNACAO
Avaliação médica			

DADOS DO CONVENIO

Convenio	Plano	PROSEGUIR BRASIL S/A TRANSPORTES DE VAL.
800-HAPVIDA ARACAJU	2-PLANO EMPRESA ENFERMARIA -	COLETIVO
Carteira	Validade	
24569000118008063		

DADOS DA INTERNAÇÃO

Posto	Acomodação	Leito	
POSTO INTERNACAO - HGS	ENF03 ENFERMARIA	02	
N. Guia	Procedimento	Senha	Descrição
1760235	99996666	C73063304	INTERNACAO
1760235	30727111	C73063304	FRATURAS DE FIBULA (INCLUI O DESCOLAMENTO EPIFISARIO) - TRATAMENTO CIRURGICO

**HGS****Hospital
Gabriel Soares****CHECK LIST CIRURGIA SEGURA**

Nome: Alcides do Nascimento Idade: _____
 Prontuário: _____ Data de admissão: 18/05/16
 Médico: Dr. Marcos
 Acomodação: _____

DADOS DA ADMISSÃO

Data da cirurgia: 18.05.16 Horário: _____
 Cirurgia: revisão de feridas
 Equipe cirúrgica: _____

Marque com um "X" as opções do checklist:

ANTES DE ENCAMINHAR AO CC - CONFIRMAR (Enfermagem do setor de admissão do paciente)				Setor: <u>internamente</u>			
ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA	ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA
Identidade do paciente.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Exames de imagem.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação pré-anestésica.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Retirada de adornos/prótese e guarda adequadamente.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação de lateralidade pelo MA.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> MSD	Termo de consentimento concedido - cirurgia.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Confirmação de vaga em UTI.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Termo de consentimento concedido - anestesia.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Exames laboratoriais.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Confirmação de reserva de sangue.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Tricotomia até 2h antes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	ASSINATURA: _____			

ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA - CONFIRMAR (Enfermagem/anestesiado do BO)			
ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA
Confirmar identidade do paciente.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prontuário ativo.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
OPME checado.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Checagem completa dos equipamentos.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alérgias conhecidas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____			

ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA - CONFIRMAR (Enfermagem/anestesiado/cirurgião)			
ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA
Membros da equipe cirúrgica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cirurgião, anestesista e enfermeira verbalmente confirmam.			
Lateralidade do procedimento.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Direito <input checked="" type="checkbox"/> Esquerdo
Paciente certo.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sítio cirúrgico identificado.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANTECIPAÇÃO DE EVENTOS CRÍTICOS:			
ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA
Revisão do cirurgião			
Há material/instrumental específico para o procedimento a ser realizado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Checou equipamento necessário ao procedimento e o funcionamento.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Antibioticoprofilaxia realizada nos últimos 60 min.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revisão do anestesista			
Checou materiais e medicamentos necessários a anestesia a ser aplicada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Revisão da enfermagem			
Equipamento necessário ao procedimento em sala e funcionando.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Esterilização do material confirmada e validada.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

AO TÉRMINO DO PROCEDIMENTO - CONFIRMAR (Enfermagem/anestesiado/cirurgião):			
ITENS DE VERIFICAÇÃO	S	N	NSA
Todos os registros relativos ao procedimento devidamente realizados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização da contagem e conferência de materiais, instrumentais, compressas e/ou agulhas de sutura.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificação e acondicionamento correto do material a ser encaminhado para a análise laboratorial e/ou anatomia patológica.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preenchimento de guias e/ou relatórios pelo médico cirurgião.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter cabeça do leito elevado 30° a 45°	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientação de posicionamento de membros.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Orientação de cuidados com drenos e sondas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Legenda: S = Sim / N = Não / NSA = Não se aplica

DATA: <u>18.05.16</u>	Ass. Técnico	Ass. Enfermagem / COREN	Ass. Anestesiado / CRM	Ass. Cirurgião / CRM
-----------------------	--------------	-------------------------	------------------------	----------------------

SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICO

Wiel Scans

Avião do Santos

Pratório

ão na SRPA AS hs Data: 18 05 196

ido Pós-cirurgia: 94 aug. de 1961

le Anestesia: Anestesia + he

iso de: 4. Monitorização: ☐

OXIMETRO ☐

MONITOR ☐

VENTILADOR ☐

CAPNÓGRAFO ☐

EOSTOMIA ☐

Estação Venosa: Central ☐ Incisão Cirúrgica ☐

Periférica ☐ Úmida ☐

SINAIS VITAIS

0	15	30	45	60	90	120	150	180

Alta Assinada

Dr. Hugo H. de Faria
Anestesiologista
CRM 34.142

ÍNDICE DE ALDRETE-KROULIK

MINUTOS	0	30	60	120	180
RESPIRAÇÃO	2	2	2		
CIRCULAÇÃO	2	2	2		
SAT.	2	2	2		
ATIV.MUSC	1	1	2		
CONSCIÊNCIA	1	2	2		
LA.K	2	3	3		

AValiação DO INDECE ALDRETE KROULIK

RESPIRAÇÃO: 2- Apoio respirar profundo ou tossir

1- Dispndia ou respiração limitada

0- Apnéia

CIRCULAÇÃO: 2- PA mais ou menos 20 valor Pré-Anestésico

1- PA mais ou menos 25 à 50 valor Pré-Anestésico

0- PA mais ou menos 50 valor Pré-Anestésico

SAT O2 2->92%O2 CONSC: 2- Desperto totalmente

1-> 90%CO2 1- Desperto ao Chamar

0-< 90%CO2 0- Não responde a estímulos auditivos

ATIVIDADE: 2- Apto a mover 4 Extremidades

MUSCULAR 1- Apto a mover 2 Extremidades

0 - Apto a mover 0 Extremidades

PRONT. CONTENDO:

Rx: ☐ ECO: ☐

TOMO: ☐ OUTROS: ☐

RNM: ☐ PERTENCES:

MAMOGRAFIA: ☐

USG: ☐

EX.LAB: ☐

ECG: ☐

Alta: ☐ Domicílio

☐ Unidade de Destino:

EVOLUÇÃO ENFERMAGEM

Dr. Hugo H. de Faria
Anestesiologista
CRM 34.142

Dr. Hugo H. de Faria
Anestesiologista
CRM 34.142

Dr. Hugo H. de Faria
Anestesiologista
CRM 34.142

Dr. Hugo H. de Faria
Anestesiologista
CRM 34.142

Ass. Enf. Aux. Enf.

PRESCRIÇÃO MÉDICA

rescrição: 9596805 Atendimento: 36124405 Prontoário: 7488447 Data: 18/05/2016 Hora: 15:12
 ente: ACACIO DOS SANTOS Convenio: HAPVIDA ARACAJU Posto: POSTO INTERNACAO - HGS
 Peso: 75.00 kg Leito: ENF03/2

DIETA GERAL-ADULTO / PARA A IDADE 3/3n ORAL

hidratação Venosa Fase Única	Vol. Total:	500 ml	7.00 gts/min	Acesso Periférico
SORO FISIOLÓGICO 0.9%	20.83 ml/Kcal/dia	500 ml		
CEFAZOLINA SODICA (1.00g) (01/1)	1g	1 FRAP (C/1GR)	8/8h EV	
Água Destilada		10 ml		
PROFENID IV (100.00mg)	100mg	1 FRAP (C/100MG)	8/8h EV	
Soro Fisiológico 0.9%		100 ml		
DIPIRONA (500.00mg/ml)	1000mg	2ML (AMPL C/500MC)	6/6h EV	
Água Destilada		18 ml		
TRAMAL (50.00mg/ml)	100mg	2ML (AMPL C/100MC)	8/8h EV	
Soro Fisiológico 0.9%		100 ml		
PLAMET (5.00mg/ml)	10mg	2ML (AMPL C/10MG)	8/8h EV	
Água Destilada		18 ml		
SONDAGEM VESICAL DE ALIVIO				
CURATIVO MEDIO+SE+GAZE ACOLCHOADA				
PUNCAO C/ JELCO				
SINAIS VITAIS				
GELO 15 MINUTOS A CADA 4 HORAS				
RETIRADA DE DRENO DE PORTOVAC				
CURATIVO COM ATADURA E GAZE ACCOCHO/				
COMPRESSÃO COM ÉTER				

45:00 9/5/2016 15:18

24:00 - 18/05/2016 15:18

06:00 - 18/05/2016 15:18

18/05/2016 15:18
 192.85 e 36

0150000

1. REPORT OF THE BOARD OF DIRECTORS

1. *Phragmites australis* (Cav.) Trin. ex Steud.

4. Síndromes Virais e Bacterianas
9. Erupções, Surtos e Casos Isolados e Clínicos
10. Mielomas / Sistema Vasilar
11. Pele / Evolução da Ferida
12. Sinais e Sintomas Reforçados
13. Exames e Procedimentos Realizados
14. Orientações e Adjuvantes do Politécnico

12.00	12.0516	Admitted into the procedure of the process upon the evidence, 1971 (A)	
-------	---------	--	--



HOSPITAL

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Nome do paciente: Archie dos Santos

Atendimento: 36134409

Leito: 2 C

Unidade: _____

Data: 18/05/16

MANHÃ

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA

TARDE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA
13:00	paciente admitido na U.E. e início do tratamento com analgésico, orientado sobre cuidados com a fratura da tíbia e os cuidados de DR. TUBO	18/05/16
13:30	início da anestesia local com sucesso	
13:45	início do procedimento	
14:50	termino do procedimento sem intercorrência. pelo Soroamento Sobile e com a Anestesia encaminhado p/ SEPA segue aos cuidados da Enfermagem	Verônica da Oliveira Silva Auxiliar de Enfermagem CORENPE 76515

NOITE

HORA	Observação de Enfermagem	CARIMBO / ASSINATURA



HOSPITAL

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Nome do paciente: Peaciro dos Santos

Atendimento: _____

Local: _____

Unidade: _____

Data: 18/05/14

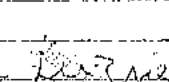
DIURNO

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS										CARIMBO / ASSINATURA
SSVV	06:00	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	

MANHÃ

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS	CARIMBO / ASSINATURA									
13:20	Exame físico completo	Erivania de J. Santos Aux. de Enfermagem COREN/SE.664.392									
14:00	Paciente retorna de E.C. cabine, supine, afibril em 100 bpm, com sonda de oxigênio 2L, após o exame físico.										
18:00	Paciente SSVV, administrado dipirona 1g SF e PM + após o exame físico.										
SSVV	06:00	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	Erivania de J. Santos Aux. de Enfermagem COREN/SE.664.392

NOITE

HORA	PROCEDIMENTOS REALIZADOS										CARIMBO / ASSINATURA
19:00	Paciente no leito, olhos desviados para cima, com vômito, afibril, supine em observação da enfermagem.										 Erivania de J. Santos Aux. de Enfermagem COREN/SE.664.392
20:00	Adm. medicação de horário C.P.M. Propofol 1g.										
22:00	Adm. medicação de horário C.P.M. Dipirona 1g.										
24:00	Adm. medicação de horário C.P.M. Dipirona 1g.										
02:00	Paciente sem queixas, desorientado.										
04:00	Adm. medicação de horário C.P.M. Propofol 1g.										
06:00	Adm. medicação de horário C.P.M. Dipirona 1g + PM.										
SSVV	00:00	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	
SSVV	06:00	PA	x	mmHg	T:	°C	P:	bpm	R:	rpm	



HGS
Hospital Gabriel Soares

30 127111

14.05.2016

4157049

4157049
Marta Fabiana Santos
Assistente Administrativo
CNPJ 07.702.238

PRÉ-NOTA

Nº KIT: 4157049

Atendimento:	36124405	Prontuário:	7488447	ACACIO DOS SANTOS	Nº KIT:	4157049
Cirurgia Prog.:	52140156	FRATURA DA TIBIA - TRATAMENTO CONSERVADOR	Cirurgia Realizada:			
Sala Cirúrgica:	SALA CIRURGICA 02 - CC		Setor Emissor:	FARMACIA SATELITE - HGS ARACAJU		
Equipe Médica:	CIRURGIAO		DR. SURECIO E DR. THIAGO			
	PRIMEIRO AUXILIO CIRURGICO		DR. THIAGO			
	SEGUNDO AUXILIO CIRURGICO					
	TERCEIRO AUXILIO CIRURGICO					
	ANESTESISTA		DR. THIAGO			
	CIRCULANTE		VERA LIES			
	INSTRUMENTADORA		L. V. S. S. S.			

Código	Especificação	Usado	Código	Especificação	Usado
27855	AGULHA DESCARTAVEL 25X07 - 1 UD(AGULHA DESCARTAVEL)	1	41150	2% LIDOCAINA 100MG FRAP 1 UD(SIXAMETONIO 100MG FR. AM)	1
27871	AGULHA DESCARTAVEL 30X08 - 1 UD()	1	41300	RINGER LACTATO 500ML TUBO 500 ML (RINGER LACTATO)	3
32450	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 - 1 UD()	1	41447	SOLU-CORTEF 500 MG FRAP 1 UD(HIDROCORTISONA 500M)	1
27928	ARRUELA PI MONITOR DESCARTAVEL C/1* 1 UD(ELÉTRICO)	1	41784	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML TUBO 1000 ML()	1
27936	ATADURA DE CREPOM 10 CM - 1 UD()	1	41798	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML TUBO 250 ML(GLORETO DE)	1
27952	ATADURA DE CREPOM 20 CM - 1 UD()	1	41800	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML TUBO 500 ML(SORO FISIOL)	2
30163	CATETER DE OXIGÊNIO - 1 UD()	1	41826	SORO GLICOFISIOLÓGICO 1:1 500ML TUBO 500 ML(GLICOSE 5% 50)	1
30198	CATETER INTRA VENOSO 18 (JELCO) - 1 UD()	1	41860	SORO GLICOSADO 5% 250ML TUBO 250 ML(GLICOSE 5% 25)	1
30201	CATETER INTRA VENOSO 20 (JELCO) - 1 UD()	1	41874	SORO GLICOSADO 5% 500ML TUBO 500 ML(GLICOSE 5% 50)	1
30210	CATETER INTRA VENOSO 22 (JELCO) - 1 UD()	1	41874	SIADADOR 100MG AMPL 2 ML(IRAMADOL 100MG AMP)	1
48488	CIDEX-SOLUÇÃO GLUTARALD 2% 28 D FR C/5000 FRAS 500	1	45233	XYLOCAINA CIAD 2% FRAP 20 ML(LIDOCAINA COM EPINEF)	1
26182	COMPRESSA OPERATORIA 25X28 - 1 UD()	1	45250	XYLOCAINA SADI 2% ESTERIL AMPL 20 ML(LIDOCAINA SEM E	1
158880	COMPRESSA OPERATORIA 25X28 ESTERIL C/5 UD - 1 UD()	1	45258	ZOFRAN 8 MG AMPL 4 ML(ONDANSETRONA 8MG AMP)	1
134084	EQUIPO SIMPLES C/INJETOR LATERAL - 1 UD()	1			
130524	EXTENSOR 60CM C/2 VIAS - 1 UD()	1			
128023	FIO 1171T MONONYLON ENV 1 UD(FIO MONONYLON 3-0)	1			
118822	FIO 1215 T NYLON ENV 1 UD(FIO MONONYLON 2-0)	1			
123967	FIO 14501T MONONYLON ENV 1 UD(FIO MONONYLON 5-0)	1			
120306	FIO Y426H MONOCRYL ENV 1 UD(FIO MONOCRYL 4-0)	1			
133505	GAZE 10X10 ESTERIL PCT C/10 PCT 1 UD(GAZE SECA 7,5 X 7	1			
28972	LAMINA DE BISTURI 11 - 1 UD()	1			
50954	LAMINA DE BISTURI 15 - 1 UD()	1			
30627	LUA DESC. ESTERIL N-6,5 - 1 PA(LUA DESC. ESTERIL N-6,0)	1			
30651	LUA DESC. ESTERIL N-7,0 - 1 PA(LUA DESC. ESTERIL N-7,0)	1			
30660	LUA DESC. ESTERIL N-7,5 - 1 PA(LUA DESC. ESTERIL N-7,5)	1			
30678	LUA DESC. ESTERIL N-8,0 - 1 PA(LUA DESC. ESTERIL N-8,0)	1			
30686	LUA DESC. ESTERIL N-8,5 - 1 PA(LUA DESC. ESTERIL N-8,5)	1			
30802	SERINGA DESCARTAVEL 01 ML SERI 1 ML()	1			
30848	SERINGA DESCARTAVEL 03 ML SERI 3 ML()	1			
30856	SERINGA DESCARTAVEL 05 ML SERI 5 ML()	1			
30864	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML SERI 10 ML()	1			
30872	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML SERI 20 ML()	1			
30961	SONDA ASP TRAQUEAL 12 - 1 UD()	1			
30970	SONDA ASP TRAQUEAL 14 - 1 UD()	1			
31143	SONDA ENDOT. DESC. 7,5 C/BALEAO - 1 UD()	1			
30881	TORNEIRA 03 VIAS - 1 UD()	1			
	Medicamentos				
32727	ADRENALINA AMPL 1 ML(EPINEFRINA AMP)	1			
34290	AGUA DESTILADA 10 ML AMPL 10 ML(AGUA BIDESILADA 10	1			
39144	ANTAK AMPL 2 ML(RANITIDINA 50MG AMP)	1			
35181	ATROPINA 0,25 MG AMPL 1 ML(ATROPINA AMP)	1			
139799	CLONIDIN 150MG AMPL 1 UD(CLONIDINA 150MG AMP)	1			
36811	DECADRON 4 MG FR 2,5 ML FRAP 2,5 ML(DEXAMETASONA	1			
38008	DIPIRONA 1 G AMPL 2 ML(DIPIRONA AMP)	1			
40037	DORMONID 15 MG AMPL 3 ML(MIDAZOLAM 15MG AMP)	1			
37478	ERGOTRATE AMPL 1 ML(ERGOMETRINA 0,2MG AMP)	1			
40479	FENTANIL 10ML FRAP 10 ML(FENTANIL 10 ML)	1			
41327	HYPNOMIDATE 20MG/10ML AMPL 10 ML(ETOMIDATO AMP)	1			
41521	INOVAL - 2 ML(DROPERIDOL + FENTANIL)	1			
42013	KEFAZOL 1 GR FRAP 1 UD(CEFAZOLINA 1G FR. AMP)	1			
42110	KETALAR 10ML FRAS 10 ML(CEFAMANDOL 10MG AMP)	1			
48019	LOSEC 40 MG FRAP 1 UD(OMEPRAZOL 40MG FR. AMP)	1			
134164	NOVABUPI CIAD 0,5% FRAP 1 UD(LEVORUPIVACAINA 0,5%)	1			
134165	NOVABUPI SIAD 0,5% FRAP 1 UD(LEVORUPIVACAINA 0,5%)	1			
41564	PLAMET 10MG AMPL 2 ML(BROMOPRIDA AMP)	1			
49581	PLASIL AMPL 2 ML(METOCLOPRAMIDA AMP)	1			
59608	PROFENID 100MG IV FRAP 1 UD(CEFOPROFENO 100MG IV F	1			
43060	PROSTIGMINE AMPL 1 ML(MEOSTIGMINA AMP)	1			

PA: 13:30
PG: 13:45
TG: 14:50
TA: 15:20

Data: 18/05/2016

Pág. 1 de 1

PROVIDENCIA 2016-01



Hospital Gabriel Soares

MATERIAL CONSIGNADO

NOME: Alcino dos Santos

DATA: 8/5/80

CIRURGIA: Fisiologia de Tiora

MÉDICO: D^{rs} Álvaro de Souza Alves

INSTRUMENTADOR: WILLIAM C. DAVIS

REGIÃO:

FORNECEDOR: ETIAGEM

Ass. Médico:

Ass. do Enfermeiro(a):

Ass. do Circulante?

Verano del Nuevo Sur
Asociación de Emigrantes
CORFENSE 765315



HGS

Hospital Gabriel Soares

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE: *ACACIO DOS SANTOS*

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: FRATURA DE TIBIA DIREITA

CIRURGIA REALIZADA: TC DE FRATURA DE FIBIA

CIRURGIÃO: MARCIO DE FARIAS ALVES

AUXILIARES: THIAGO JORGE

ANESTESIA: RAQUI ANESTESISTA: TIAGO MACHADO

DIAGNOSTICO PÓS - OPERATÓRIO: O MESMO

☐ CIRURGIA LIMPA:

☒ CIRURGIA POTENCIALMENTE CONTAMINADA:

☐ CIRURGIA CONTAMINADA ☐ CIRURGIA INFECTADA:

INFEÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☒ NÃO:

TOPOLOGIA DA INFEÇÃO:

☐ VIAS AÉREAS SUPERIORES ☐ PULMONAR ☐ URINÁRIA ☐ SNC ☐ YUGI:

☐ CUTÂNEO ☐ APARELHO CARDIO- VASCULAR ☐ OUTROS:

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1. PCTE DDH SOB ANESTESIA

2. ANTISSEPSIA+ ASSEPSIA CAMPOS

3. INCISAO ANTERO-MEDIAL EM PONTE

5. REDUÇÃO INDIRETA SOB FLUOROSCOPIA

PASSAGEM DE PLACA DCP4.5 MM PREVIAMENTE MOLDADA DE 16 FUROS ESTREITA

6. PASSAGEM DE 06 PARAFUSOS, 3 PROXIMAIS E 03 DISTAIS(05 PARAFUSOS CORTICAIS 4.5 MM E 01 PARAFUSO ESPONJOSO 4.5 MM) + ROTAÇÃO DE RETALHO EM AREA OSSEA DESCOBERTA

7. FECHAMENTO POR PLANOS

8. CURATIVO

18 / 05 / 2016

ASSINATURA DO CIRURGIÃO



HOSPITAL

PERI-OPERATÓRIO

Nome: Acacio dos Santos

Convênio: HORVILA Leitor: C

Unidade

Idade: 39

Atendimento: 36.134405

1. ORIGEM DO PACIENTE

Emergência ☐ Residência ☐ Posto de Enfermagem ☐ Outro Hospital ☐ Especificar: _____

2. PRÉ OPERATÓRIO

2.1 Tipo de Cirurgia
Emergência ☐
Eletiva ☒

2.2 Data da cirurgia
18.05.16

2.3 Procedimento cirúrgico proposto: _____

2.4 Pulseira de identificação:
MSI ☐ MSD ☐ Não se aplica ☐
MID ☐ MIE ☐

2.5 Recebido por:
Data: 18/05/16

2.6 Sinais vitais

T: _____ FC: _____
PR: _____
PA: _____ x _____

2.7 Pré anestésico
Não ☐ Sim ☐
Medicação em uso: _____

2.8 Orientações
Cirurgia ☐
Anestesia ☐
SRPA ☐

2.9 Alergias: _____

2.10 Estado emocional

Medo ☐ Tranquila ☐
Cooperativa ☐ Ansiedade ☐
Indiferença ☐

2.11 Antecedentes

Obesidade ☐ Cardiopatia ☐ Drogas ☐
Bronquite/Asma ☐ Secreção ☐ HAS ☐
Hipertensão Maligna ☐ Tabagismo ☐ Diabetes ☐
Outro: _____

2.12 Cirurgias Anteriores

Reserva de Hemoderivados: ☐ Não ☐ Sim
Especifique: _____

2.11 Preparo

Higienização ☐ Tricotomia ☐ Prótese ☐
Jejum ☐ desde às _____ horas.
Preparo do cólon ☐ Satisfatório - Sim ☐ Não ☐
Adornos Esmalte e Maquiagem ☐

2.14 Exames:

Sangue ☐ US ☐ RX ☐ Ecocardiograma ☐ Especificar: _____

3. INTRA - OPERATÓRIO

3.1 Recebido por: Valério
Hora: 13.20
Sala: C2

3.2 Condições da pele:
integra
corada

3.3 Entrada na S.O.

Anestesia iniciada: 13.30h. Término: 15.30h.
Cirurgia iniciada: 14.15h. Término: 15.15h.
Instrumentador: Lindaura
Circulante: Valério + Adriana

3.4 Sinais vitais
PA: 119 x 76
FC: 82
Sat O2: 99%
R: _____

3.5 Posição do paciente durante o ato operatório:

Dorsal ☒ Ventral ☐ Ginecológica ☐ Lateral D ☐
Lateral E ☐ Ortopédica ☐ Proclive ☐ Trendeleburg ☐
Outros: _____

3.6 Membro ou lado a ser operado:

Direito ☒
Esquerdo ☐

3.7 Solicitações:

Sangue _____ ml Plásmia _____ ml
Anatomopatológico ☐ Cultura ☐
Exame laboratorial ☐ RX ☐

3.8 Solução anti-séptica utilizada:

Clorexidine alcoólico ☐ Éter ☐ Outros: Yodora
Clorexidine degermante ☐ Alcool 70% ☐
PVPI tópico ☐ PVPI degermante ☐

3.9 Grau de Contaminação

Limpa ☐ Contaminada ☒
Potencialmente contaminada ☐ Infectada ☐

3.10 Bisturi:

Elétrico ☐ Nº Serie: _____
Bipolar ☐ Nº Serie: _____

3.11 Uso do Colchão térmico:

Sim ☐ Não ☒ Nº de Serie: _____
Temperatura: 20min _____, 20min _____, 20min _____
20min _____, 20min _____, 20min _____
20min _____, 20min _____, 20min _____

3.12 Material/Equipamento trazido por terceiros:

Material: ETTINGER
Fornecedor: CAVALLO
Data esterização: 12.05.16

3.13 Nº de compressas utilizadas:

Quantidade no início: 12
Quantidade no término: 12

3.13 Condições da pele ao término da cirurgia:

integra
corada

3.15 Encaminhado para:

SRPA ☒ Hora: _____

Unidade de internação ☐ Especificar: _____

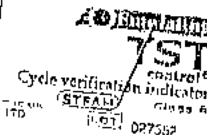
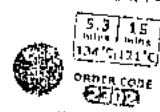
Localização de:

☐ ELETRODOS
☐ INCISÃO CIRÚRGICA
☐ DRENO
☐ PLACA DE BISTURI

Observações/Inter

Sem

UTI ☐ Especificar: _____ Hora: _____
S.O. _____ Hs



RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE:

DATA DA ENTRADA:

DATA DA SAÍDA:

INTERNAMENTO:

PS ()

ENFERMARIA ()

UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de colisão moto e carro.
Hemodinamicamente estável. Apresenta
ferida exposta na perna D, com suf-
fo palpável. O dx mostra ferida
em fúria e fístula. Submetido a
TTO cirúrgico e colocação de
fixação externa. Foi transferido para
o hospital Gabriel Soares em
acompanhamento familiar para
tratamento definitivo.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

TTO cirúrgico com fixação externa em
M.D. (fúria e fístula).

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx da perna D 2 p.
Laboratório: dentro.

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Leonardo Tomiyoshi
Dr. João Fereira Alves
Dr. Antônio Calvo

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ()

TRANSFERIDO (X)

ÓBITO ()

Gabriel
Soares

ARACAJU, 23 de Junho de 2016

Dr. Luiz P. Bank

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente. Isto é, a responsabilidade do assessoramento cabe aos médicos que o prestarem.

incomplete
RX

MS/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO RE: 133036 DATA: 19/02/2016 HORA: 08:21 USUARIO: CSDUARTE
SECTOR: 06 SUTURA

FAR LAÇADA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ACACIO DOS SANTOS DOC.... :
IDADE : 38 ANOS NASC: 09/03/1977 SEXO... : MASCULINO
ENDERECO : ALFREDO PEREIRA MATOS NUMERO: 270
COMPLEMENTO : 20100879734 BAIRRO: CENTRO
MUNICIPIO : SAO CRISTOVAO UF: SE CEP.... :
NOME PAI/MAE : JOAO ALVES DOS SANTOS /JOSEFA DOS SANTOS
RESPONSAVEL : EDSON/ AMIGO TEL.... : 79 9920992
PROCEDENCIA : SAO CRISTOVAO
ATENDIMENTO : ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTCS)
CASO POLICIAL : NAO PLANO DE SAUDE : NAO TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO : NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [] X mmHg [] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] RCG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

*to contínuo de colisões moto x carro.
Nego trauma a facies, tórax ou abdominal.*

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM: ABCD: p outros casos R: 77 SpO2: 99%
E = Estrutura exposta um fratura f, fratura p.
CID:

DIAGNOSTICO:

*Prescrição de dipirona em doses de 500mg a cada 6h
fratura de humero direito e fratura de fêmur direito
fratura de RN M*

① RL 1000mg IV	500 500
② Ketil 2g IV	08/35
500 R x fratura RN M DP	

DATA DA SAIDA: / / *Ar em top de*
ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEIDUO *Alto do ang* HORA DA SAIDA: :
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] EVASAO [] DESISTENCIA
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):
OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] ANAT. PAT

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL: _____
VIGENTE: _____

EXAME DE RADIOLOGIA
REALIZADO EM 19/02/2016
AS 6:35
HORAS
RECEBIDO EM RADIOLOGIA



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE
PRONTO SOCORRO ADULTO
GUIA DE TRANSFERÊNCIA HOPITALAR

HOSPITAL DE DESTINO: Hospital HAN, DA

VAGA: () COM O₂ () SEM O₂

Setor no HUSE onde o paciente se encontra:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: Acacis dos Santos

C. Identidade: _____ Sexo: () M () F

D.N.: 9 103/1971

Estado civil: Casado () Solteiro () Outros ()

Endereço: _____

QUADRO CLÍNICO

CID 10: _____ Cod. De Procedimento: _____

FC: _____ bpm FR: _____ ipm P.A.: _____ x _____ mmHg Glasgow: _____

Resumo: Paciente Admitido no Huse no dia 19/2/16
Última de Colisão moto X Carro, cursando com
fratura H1D, Foi submetido à cirurgia
com fixação externa em H1D

TRATAMENTO INSTITUTIDO ATÉ O MOMENTO

Medicações utilizadas: VPM

Exames complementares realizados (resumo dos resultados): Anexo

NGLYHUSE
Documento recebido
Em 24/02/16
Ass. [assinatura]

INFORMAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA: () Falta de vaga () Procedimento especializado () Outros

Médico responsável pelo encaminhamento: _____

Médico que acompanhará: _____

OBS.: ENCAMINHAR FOTOCÓPIA DOS EXAMES REALIZADOS e PRESCRIÇÃO ATUALIZADA.

UNIDADE HOSPITALAR

24/2/16

LOCALE DATA

ASS. DO MÉDICO

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
24/07/16
Setor de Faturamento do PS Adulto / NUSE

FICHA DE INTERNACAO
IDENTIFICACAO DO PACIENTE

Identificativo....: 129049
Código de CNS.....: C000000000000000
Nome.....: ACACIO DOS SANTOS
Sexo.....: Tipo :
Data de Nascimento: 9/03/1977 Idade: 38 anos
Estado Civil.....: MASCULINO
Nome do Pai.....: JOAO ALVES DOS SANTOS
Nome da Mãe.....: JOSEFA DOS SANTOS
Endereço.....: ALFREDO PEREIRA MATOS 270 20103879734
Cidade.....: CENTRO Cep.: 00000-000
UF.....: 79 99209921
CEP.....: 2806701 - - SE
Nacionalidade.....: BRASILEIRO
Município.....: SERGIPE

DADOS DA INTERNACAO

Tipo de Entrada...: 4 - EMERGENCIA No. do RE: 1313086
Número.....: 918 - CENTRO CIRURGICO SRPA
Código.....: 999.0065
Data de Internacao: 19/02/2016
Hora de Internacao: 09:34
Solicitante: 903.657.985-68 - JOAO FERREIRA ALVES
Solicitado: NAO INFORMADO
Médico.....: NAO INFORMADO
Operador.....: MVSGOMES

INFORMACOES DE SAIDA

Realizado:
Saída:
Localidade:
Data de Saída:
Município:
Estado:
Município:
UF:

Diagnóstico:

Data: 19.02.16

Pos-operatório
PRESCRIÇÃO

18/02/17
17:30²³
24

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA 2002/6

(17)

ANOS

NOME: Alcio o. b. f.

DIAGNÓSTICO(S): fratura E+P/L 01/44

EVOLUÇÃO MÉDICA: Sol 11

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE: _____

DIAS	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
	1º. Dieta Livre	SND
	2º. Cateter Hidrolizante	em uso
	3º. SF 0,9 % 1000 ml EV P/ 24hs	SF
	6º. Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs SOS	SOS
	7º. Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	SOS
	8º. Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs SOS	SOS
	9º. Omeprazol 40mg EV 1 x dia às 6hs ou Antak 2ml + 18 ml AD EV 12/12hs	03/02
	10º. Tramal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	03/02
	11º. Clexane 40mg 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 8/8H	03/02
	12º. Óleo Mineral, 10 ml, VO antes das refeições até primeira dejeção SOS	SOS
	13º. Luftal, 40 gotas, VO, 8/8H SOS	SOS
	14º. Glicose 25% 04 AMP. EV SE GC <= 80	SOS
	15º. Captopril 25 mg SL se PAS - PAD >= 180x100mmHg	SOS
	16º. Dextro 6/6hs, se for diabético	
	17º. Insulina Regular SC, após o dextro 201 - 250: 02UI 301 - 350: 06UI 251 - 300: 04UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	
	18º. Membros Superiores OU Inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	
	19º. Colchão de Ar e Mudanças Decúbito 3/3hs SOS	SOS
	20º. SSVV 6/6HS	24 06 42 18
	21º. Curativos Diários 1 x dia	Manhã.
	<u>Propofol 1% 50 ml EV</u>	
	<u>Roxonil 100 mg 50 ml EV</u>	

Dr. Antônio Paulo Cabral
 CRM 550
 Ortopedia-Traumatologia

Médico

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA 21/07/16 L17 ANOS

NOME: A. B. L.

DIAGNÓSTICO(S): fratura de fêmur

EVOLUÇÃO MÉDICA: via IV

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE:

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	SND
2º. Cateter Hidrolizado	em uso
3º. SF 0,9% 1000 ml EV P/ 24hs	-
6º. Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs SOS	SOS 17/15
7º. Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	SOS
8º. Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9% EV 12/12hs SOS	SOS
9º. Omeprazol 40mg EV 1 x dia às 6hs ou Antak 2ml + 18 ml AD EV 12/12hs	SOS
10º. Tramal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	SOS
11º. Clexane 40mg 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 8/8H	08
12º. Óleo Mineral, 10 ml, VO antes das refeições até primeira defecção SOS	SOS
13º. Luftal, 40 gotas, VO, 8/8H SOS	SOS
14º. Glicose 25% 04 AMP. EV SE GC <= 80	SOS
15º. Captopril 25 mg SL se PAS - PAD >= 180x100mmHg	SOS
16º. Dextro 6/6hs, se for diabético	SOS
17º. Insulina Regular SC, após o dextro 201 - 250: 02UI 251 - 300: 04UI 301 - 350: 06UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	-
18º. Membros Superiores ou inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	Atenção
19º. Colchão de Ar e Mudanças Decúbito 3/3hs SOS	SOS
20º. SSVV 6/6HS	Rotina
21º. Curativos Diários 1 x dia	M.
(CEFALOXILINA)	20/06
(GENTAMICINA)	21/06

Médico



EVOLUÇÃO E PRESCRIÇÃO MÉDICA ORTOPÉDICA

Nome: Augusto dos Santos Nº do Registro: 179049
Origem: 245 acidente Data Internação: 19.08.16 Data Cirurgia: 19.08.16
Idade: 38 Sexo: M Causa Acidente: motor Médico(a): 1845 Cirurgia:

CID 10:

Diagnóstico: fratura de fêmur. (D)

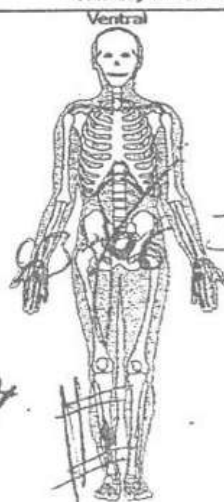
Data da Prescrição: 19.08.16
DPO

Evolução de hoje:

Agulha de tampo cefal

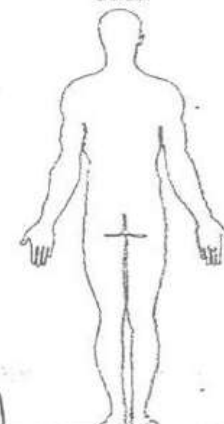
"Continuação Vide Verso"

- 1- Dieta: dieta livre
- 2- ceftriaxona 1g IV de 8/8h
- 3- ceftriaxona 80 mg IV de 8/8h
- 4-
- 5- Dipirona 2 ml - AD 18 ml SF EV de 6/6 horas SOS :
- 6- ☐ Omeprazol 40 mg - 01 amp EV 01 vez ao dia ☒ Ranitidina 25 mg/ml - 2 ml EV 02 vezes ao dia
- 7- Cetoprofeno (Profenid) 100 mg - AD 100 ml SF de 12/12 horas, EV ☐ SOS ☒ De Horário
- 8- Tramadol (Tramal) 100 mg-AD 100 ml SF de 8/8 horas EV ☒ SOS ☐ De Horário
- 9- Metoclopramida (Plasil) amp de 2 ml - AD 18 ml de SF EV de 6/6 horas SOS
- 10- Insulina Regular (sub-cutânea) - esquema conforme resultado da glicemia capilar (mg/dl) de 6 em 6 horas antes das refeições :
70 a 150 = zero UI, 151 a 200 = 2 UI, 201 a 250 = 4 UI, 251 a 300 = 6 UI, 301 a 350 = 8 UI, 351 a 400 = 10 UI - Se > 400 ou < 60, avisar ao plantonista).
- 11- Captopril comp. 25 mg VO, se TA máxima > 160 e ou TA mínima > 100 mmHg
- 12- Heparina Sódica, 5000UI, 01 ml SC 02xao dia / Clexane 40 mg SC 01 x ao dia
- 13- Fisioterapia: Motora () Respiratória ()
- 14- Controle dos dados vitais
- 15- Curativo diário das lesões NTT
- 16- Limpeza rigorosa das hastes do Fixador Externo NTT



Kg

Dorsal



Obs : EV = Endovenosa, - AD = Adicionar, - SF = Sol. Fisiológica a 0,9%, - SOS = Se necessário, TA = Tensão Arterial, UI = Unidades Internacionais,

Checkagem de exames Guia de Transf. para 2º tempo cirúrgico

Imagem de controle	Rx	Solicitação	Resultado	
Laboratoriais	Pré-operatório	<u>19.08.16*</u>	<u>/ /</u>	<input checked="" type="checkbox"/>
Exames gráficos	ECG	<u>/ /</u>	<u>/ /</u>	<input type="checkbox"/>
Guia de Transferência	Emitida	<u>/ /</u>	<u>/ /</u>	<input type="checkbox"/>

Dr. Paulo Sérgio Nunes
CRMES 1143

Horário	TA (mmHg)	Temp °C	Pulso	FC - Frequência Cardíaca	Glicemia

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE ORTOPÉDIA E TRAUMATOLOGIA DO HUSE
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA

24/01/11

17

ANOS

NOME:

Roberto da Silva

DIAGNÓSTICO(S):

fratura de tíbia e fíbula

EVOLUÇÃO MÉDICA:

fratura de tíbia e fíbula

ACOMPANHAMENTO ESPECIALIDADE:

DIAS	Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º.	Dieta Livre	SND
2º.	Cateter Hidrolizado	em uso
3º.	SF 0,9 % 1000 ml EV P/ 24hs	-
6º.	Dipirona 2 ml + 8 ml AD EV 6/6hs ou Paracetamol 40Gts VO 6/6hs SOS	SOS 12/24
7º.	Plasil 2 ml + 18 ml SF 0,9% EV 8/8hs em SOS	SOS
8º.	Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs SOS	SOS
9º.	Omeprazol 40mg EV 1 x dia às 6hs ou Antak 2mL + 18 ml AD EV 12/12hs	18 06
10º.	Tramal 100 mg ou 50 mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs SOS	SOS
11º.	Clexane 40mg 1 x dia ou Heparina 5000UI SC 8/8H	08
12º.	Óleo Mineral, 10 ml, VO antes das refeições até primeira defecção SOS	SOS
13º.	Luftal, 40 gotas, VO, 8/8H SOS	SOS
14º.	Glicose 25% 04 AMP. EV SE GC < = 80	SOS
15º.	Captopril 25 mg SL se PAS - PAD > = 180x100mmHg	SOS
16º.	Dextro 6/6hs, se for diabético	SOS
17º.	Insulina Regular SC, após o dextro 201 - 250: 02UI 301 - 350: 06UI 251 - 300: 04UI 351 - 400: 08UI > ou = 401: 10UI	-
18º.	Membros Superiores OU Inferiores Elevados até o dia da Cirurgia.	Atenção
19º.	Colchão de Ar e Mudanças Decúbito 3/3hs SOS	SOS
20º.	SSVV 6/6HS	Rotina
21º.	Curativos Diários 1 x dia	m
	Clopidogrel 75 mg EV 1 x dia	22 06
	Aspirina 100 mg EV 1 x dia	24 08

Dr. Antonio Franco Cabral
CRM 600
Ortopedia e Traumatologia

Médico

Nome do Paciente: Adriano da Silva Idade: 38 A Sexo: MASC.
Unidade de Produção: Leito: Nº do Prontuário:

DATA HORA

19.02.16

Admissão

* trauma Exposto da tíbia e fíbula direita
(fustão - Armação tipo IIIB)

Paciente com história de lesão de natureza
em acidente automobilístico.

Aparece fratura da tíbia e fíbula direita,
com fratura exposta, impulsionada a fíbula, fratura
e fratura de lesão nas partes moles (perna
e subtendão calcâneo, tendo presença
principalmente no gêmeo).

Alto edema prévio, mobilidade ativa
(flexão e extensão) na articulação.

No exame clínico apresenta edema no
na articulação: dor ao toque e movimento
abnormal nas articulações com fratura,
deformidade no tecido mole, nervo
na parte da tíbia com fragmentos separados,
fratura exposta.

Não foi possível situar o local das
fraturas, porém avista os ossos
fraturados sem intercomunicação

Articulação em posição de flexão e

Alinhamento
segundo eixos para fratura na
situação de linha subapical
sobre a linha de fratura vascular

João Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 2.486.580/10.634

HUSE

BOLETIM DE ANESTESIA



PACIENTE:

Acácio dos Santos

UNIDADE:

fratura de perna F

REGISTRO:

1313086

LEITO:

13000 Externa

CIRURGIA PROGRAMADA:

Mediocranial de fixação a propõe d

CIRURGIA REALIZADA

ANESTESIOLOGISTA

Luiz Fernando Santiago

TÉCNICO ANESTÉSICO

Aguiar

MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

CIRURSIÃO

Dr. José Ferreira

ASA

HORA DE INÍCIO

14:06

HORA DE TÉRMINO

ACESSO VENOSO

POSICÃO

AGENTES INALATÓRIOS

FLUIDOS

CEC OUTROS

MONITORIZAÇÃO

PA NAO INVASIVA
PA INVASIVA
ELETROCARDIOGRAFIA
OXIMETRIA
CAPNOGRAFIA

PVC
TEMPERATURA
DIURESE
VENTILAÇÃO
PAM

CONDIÇÃO DE ALTA PARA CRPA

AGENTES ANESTÉSICOS

DOSE

ANTIBIOTICO-PROFILAXIA

NOME:

1ª. Dose as: horas
2ª. Dose as: horas
3ª. Dose as: horas

OBSERVAÇÕES

ENCAMINHADO PARA

705 UNIDADE

✓



1. 2010年10月1日起，凡在北京市行政区域内从事经营活动的纳税人，其缴纳的税款，均应在北京市缴纳。



Fundação
Hospitalar
de Saúde

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

CIRURGICO
LAUDO ENVIADO
Setor de Faturamento do P. Adulto / HUSF

DESCRICAÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

- ## DATA

Assinatura do Cirurgião _____

(3) प्रमाणित रूप से स. र. ल. २

João Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 248658 OT 10.634

19.02.10



RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro R.P.O. 2076/005150.002612

Nome do paciente: Aécio dos Santos.

Data de nascimento: 09/03/1972

Data do início do tratamento / Acidente 19/02/2016

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Síndrome Vítima de Colisão Motor X Carro, Relato de acidente, Contusão
múltipla, Escoriações no corpo, Rubor 1º grau no local.
Superfície do corpo. Rubor extenso de superfície dorsal por causa
de pressão, trauma e distensão de fêmur, exposto com ferida aberta.
Não estabilizada. Choque. Por lesão grave. O quadro clínico
tem graves consequências de fêmur, pelo choque de corpo a corpo.

2 - Data / Tratamento Realizado:

19/02/2016 / 24/02/2016.
Paciente sob observação rigorosa, em observação de choque. Contusão
com ferida extensa de fêmur da superfície interna. Dita. Cir
1822. Realizado no Hospital; Dia: 24/02/2016 Paciente em observação
por o Hospital Coblenz Sorocaba.

20/02/2016.

Paciente foi operado de retirada do material de fixação
e posto em observação de fêmur internamente. Realizado no
Hospital Coblenz Sorocaba. Exame com infecção.

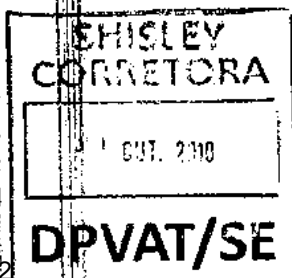
3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

19/02/2016.

RX de fêmur D e fêmur S.

11 fêmur exposto de fêmur, com infecção e fêmur

distensão de fêmur, com
estabilização de fêmur com placa.



30/10/2018

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

19.02.2016. 1º ATRASADO NO HOSP. ARACAJU-SE
 26.02.2016 2º ATRASADO HOSPITAL ARACAJU-SE
 15.05.2017 3º ATRASADO HOSPITAL ARACAJU-SE
 PRONOME. FORTALEÇA-CEARA

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

- * PRONOME ALEX SEGUNDA PERMANENTE DE CONDIÇÃO DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016.
- * PRONOME TOME SEGUNDA DE PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
- * PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016

6 - Alta definitiva do tratamento:

7 - Data do Exame do Paciente

8 - Segue Exame Anexo

30.10.2018.

PRONOME TOME SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016
 e SEGUNDA PERMANENTE DE MIO
 DO ALTA EXP. 2016

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico /
 Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368
Endereço Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	Número 598	Cidade Aracaju	Estado Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90,
 180, 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

30.10.2018

Data

Renato Teixeira CRM 1450
 Ortopedia - Traumatologia

Assinatura e Carimbo

Consultório de Ortopedia e Traumatologia Dr. Renato Teixeira.

Rua Itaporanga, 598 - CEP: 49055-330, Aracaju - SE, Telefones: (079) 3211-5368 / 9817-5139 / 8848-2270

SINISTRO 3180381344 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ACACIO DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SHISLEY

NUNES CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

BENEFICIÁRIO ACACIO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 94282498587

Posição em 22-11-2018 17:00:42

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [clique aqui](#) e nos envie um e-mail para que possamos checar melhor o seu caso. Por gentileza, aguarde, em até 72 horas, entraremos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
17/09/2018	R\$ 4.725,00	R\$ 598,39	R\$ 5.323,39



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

22/01/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

23/01/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

I - Nos termos do art. 334, caput, do CPC, CITE-SE a parte requerida a fim de comparecer à Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 04/03/2019, às 08:00h neste fórum. II - As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos e poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10 do CPC). Caso não possua interesse na autocomposição, o réu deverá manifestá-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, §5º do CPC). III - Advirta-se o réu que, não havendo conciliação entre as partes ou apresentado pedido de cancelamento de audiência, deverá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de conciliação ou do protocolo do referido pedido, nos termos do art. 335, caput, I e II do CPC, especificando as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão (art. 336 do CPC). IV - Não apresentada a contestação, no prazo legal, o réu será considerado revel e presumidas verdadeiras as alegações de fato do autor (art. 344 do CPC), salvo nos casos descritos no art. 345 do CPC. IV Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado, do autor ou do réu, à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º do CPC). V - Intime-se o autor para a audiência por seu advogado (art. 334, § 3º do CPC). Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

 Designo o dia 04/03/2019 às 08h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de São Cristóvão

Nº Processo 201983000060 - Número Único: 0000133-86.2019.8.25.0072

Autor: ACÁCIO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Despacho

A audiência de conciliação somente dixerá de ser realizada se ambas as partes manifestarem desinteresse.

I - Nos termos do art. 334, *caput*, do CPC, **CITE-SE** a parte requerida a fim de comparecer à **Audiência de Conciliação**, a ser realizada no dia 04/03/2019, às 08:00h **neste fórum**.

II - As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos e poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10 do CPC). Caso não possua interesse na autocomposição, o **réu** deverá manifestá-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, §5º do CPC).

III - **Advirta-se** o réu que, não havendo conciliação entre as partes ou apresentado pedido de cancelamento de audiência, deverá **apresentar resposta** no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de conciliação ou do protocolo do referido pedido, nos termos do art. 335, *caput*, I e II do CPC, **especificando as provas que pretende produzir**, sob pena de preclusão (art. 336 do CPC).

IV - Não apresentada a contestação, no prazo legal, o réu será considerado revel e presumidas verdadeiras as alegações de fato do autor (art. 344 do CPC), salvo nos casos descritos no art. 345 do CPC.

IV – **Advirtam-se** as partes que o não comparecimento injustificado, do autor ou do réu, à audiência de conciliação é considerado **ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com **multa** de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º do CPC).

V - Intime-se o autor para a audiência por seu advogado (art. 334, § 3º do CPC).

Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

Providências de praxe.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Cerqueira de Albuquerque, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de São Cristóvão**, em **23/01/2019**, às **15:19:32**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000149976-14**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

28/01/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que expedi a carta de citação nº 201983000511.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

28/01/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de 201983000511 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível de São Cristóvão
Largo Joel Fontes Costa, S/N
Bairro - Centro Cidade - São Cristóvão
Cep - 49100-000 Telefone - (79)3261-9400

Normal(Justiça Gratuita)



201983000511

PROCESSO: 201983000060 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000133-86.2019.8.25.0072
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: ACÁCIO DOS SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: I - Nos termos do art. 334, caput, do CPC, CITE-SE a parte requerida a fim de comparecer à Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 04/03/2019, às 08:00h neste fórum. II - As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos e poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10 do CPC). Caso não possua interesse na autocomposição, o réu deverá manifestá-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, §5º do CPC). III - Advirta-se o réu que, não havendo conciliação entre as partes ou apresentado pedido de cancelamento de audiência, deverá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de conciliação ou do protocolo do referido pedido, nos termos do art. 335, caput, I e II do CPC, especificando as provas que pretende produzir, sob pena de preclusão (art. 336 do CPC). IV - Não apresentada a contestação, no prazo legal, o réu será considerado revel e presumidas verdadeiras as alegações de fato do autor (art. 344 do CPC), salvo nos casos descritos no art. 345 do CPC. IV ? Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado, do autor ou do réu, à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º do CPC). V - Intime-se o autor para a audiência por seu advogado (art. 334, § 3º do CPC). Defiro o benefício da Justiça Gratuita. Designo o dia 04/03/2019 às 08h:00min para que seja realizada audiência Conciliação.

Data e horário da audiência: 04/03/2019 às 08:00:00, **Local:** 1ª Vara Cível da Comarca de São Cristóvão

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência: RUA SENADOR DANTAS, ENDEREÇO ELETRONICO:
CITAÇÃO.INTIMACAO@SEGURADORALIDER.COM.BR, 74
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: RUA SENADOR DANTAS, ENDEREÇO ELETRÔNICO:
CITAÇÃO.INTIMACAO@SEGURADORALIDER.COM.BR, 74
Bairro: CENTRO
CEP: 20031205
Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Denise César Prado Almeida, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível de São Cristóvão**, em 28/01/2019, às 13:33:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000186592-52**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

12/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Aviso de Recebimento de AR Digital nº 201983000511, conforme arquivo em anexo. Objetivo: Atingido

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

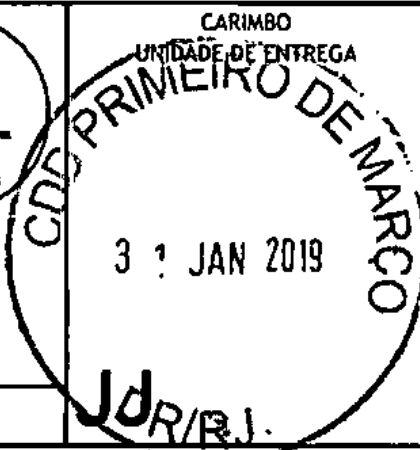


DESTINATÁRIO

REG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
 AV. SENADOR DANTAS n° 74, ENDEREÇO ELETRÔNICO:
 ATACAO.INTIMACAO@SEGURADORALIDER.COM.BR. CENTRO.
 20031205 - RIO DE JANEIRO - RJ



AR984560307SG



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR - Centralizador Regional

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OU INFORMAÇÕES DE INTERESSE DO CLIENTE - OPCIONAL)
 Referente ao processo de nro. 201983000060 e mandado nro. 201983000511

TENTATIVAS DE ENTREGA		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO
1ª		<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Recusado	 Ana Cláudia Mat.: 8.957.275-0
2ª		<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> Não procurado	
3ª		<input type="checkbox"/> Não existe o número	<input type="checkbox"/> Ausente	
		<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Falecido	
		<input type="checkbox"/> Outros:		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA DE ENTREGA 31 JAN 2019		Nº DOC. DE IDENTIDADE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

27/02/2019

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação do dia 04/03/2019 às 08:00h cancelada. Motivo: AUDIÊNCIA CANCELADA EM VIRTUDE DE PONTO FACULTATIVO DECRETADO NO TJ/SE EM RAZÃO DO CARNAVAL.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

27/02/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Petição Avulsa do Advogado/Procurador/Defensor/Promotor KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ (2592-SE) ao processo eletrônico. Protocolizado sob nº 20190222153103704 às 15:31 em 22/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 00001338620198250072

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACACIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **19/02/2016**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **14/11/2016**.

Cumpre esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 14/11/2016 **após 9 MESES da data do alegado acidente noticiado.**

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 19/02/2016, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, não há informações do outro suposto veículo e condutor envolvido no alegado acidente, constando apenas declarações unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência.

Salienta-se, em detida análise do Boletim de Ocorrência verifica-se que não há qualquer assinatura do notificante.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do boletim de ocorrência apresentado aos autos, a ré pugna a este d. juízo que seja expedido ofício à delegacia de polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML.

INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020

www.joaobarbosaadvass.com.br

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **19/02/2016**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais)**.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS)**.

⁴RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios⁶, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

DA FALTA DE CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL

No instituto da responsabilidade civil, a obrigação de indenizar está diretamente vinculada à comprovação real do dano, como regra mínima de convivência, o que não se verifica no caso em concreto.

Em que pese à parte autora alegar que faria ainda *jus* ao recebimento de indenização por danos morais, não há nos autos qualquer prova de que a parte autora ter sido acometida de abalo capaz de justificar a formulação do pedido de danos morais, o que dificulta até mesmo a formulação da defesa.

Nesse passo, à guisa de ilustração, faz-se remissão à lição do mestre CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, sobre o dano hipotético⁷.

Ainda que ilícito houvesse nem assim poderia a parte autora pretender indenizações, pela evidência de que suas consequências, no caso, não tiveram magnitude suficiente para caracterizar tecnicamente dano moral, conforme os precedentes pátrios⁸.

De fato, sentimentos como descontentamento, aborrecimento e inconformismo não podem ser confundidos com o dano moral.

Entendimento contrário ao aqui defendido implicaria inferir que, doravante, o vencido sempre terá de indenizar ao outro litigante um “dano moral” que o mesmo sofrera à conta do simples “transtorno” de haver utilizado a

⁶“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. **Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.**”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).

⁷“É claro, então, que se a ação se fundar em mero dano hipotético, não cabe reparação” (in *Responsabilidade Civil, Forense*, 5ª ed., página 42).

⁸“AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO - HOSPITALARES. COMPLEMENTAÇÃO. DESPESAS EFETIVAMENTE COMPROVADAS. PAGAMENTO A MENOR. **DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS.** SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSOS IMPROVIDOS. Cuida-se de ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT cumulada com indenização por danos morais em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, por conta de acidente automobilístico. (...) **Outrossim, não merece guarida o pedido autoral de reparação por danos extrapatrimoniais por conta do não pagamento integral do crédito. Isso porque, embora não se negue os aborrecimentos que a situação possa ter gerado, não logrou êxito o demandante comprovar que tenha sofrido qualquer ofensa à dignidade da pessoa humana, fato que ensejaria a indenização pretendida. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. Recurso improvido.**”(TJ-RS - Recurso Cível: 71004775029 RS, Relator: Carlos Francisco Gross, Data de Julgamento: 25/02/2014, Quarta Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/02/2014)

via judicial com vistas à satisfação do seu direito! Enfim, o dano moral seria uma consequência “direta” do inadimplemento da dívida e da propositura de uma ação judicial tencionando cobrá-la!

A Ré não praticou ofensa de qualquer gravidade e repercussão capaz de caracterizar o dano moral, que não basta ser alegado; precisa ser provado e comprovado.

Desta forma, a parte autora não faz jus a dano moral, conforme acima exposto.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁹.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁰

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 15% (quinze por cento), nos termos do § 1º Art. 1º da Lei nº 1.060/50.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, às hipóteses de casos de “fácil” instrução.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (Dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10%, consoante a previsão do art. 11, § 1º, da Lei 1.060/50.

Por se tratar de ônus da prova da parte autora, pugna-se pela realização da prova pericial pelo IML com o fito de auferir o nexo de causalidade entre a lesão da vítima e o suposto acidente automobilístico, bem como se há

⁹“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

¹⁰**art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.

valor indenizável a ser pago. Caso Vossa Excelência assim não entenda, requer que os custos da realização da prova pericial sejam arcados pela parte autora ou pelo Estado, eis que imprescindível a produção da prova para o deslinde da demanda.

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito sob o nº **2592 - OAB/SE**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAO CRISTOVAO, 19 de fevereiro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SE 780-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa da advogada KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, inscrito na 2592 - OAB/SE, com escritório na RUA PACATUBA, N.º 254, SALA 210, CENTRO. ARACAJU/SE, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ACACIO DOS SANTOS**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **SAO CRISTOVAO**, nos autos do Processo nº 00001338620198250072.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

NIRE (DA SEDE DA FILIAL OU RENOVO A SEDE POR EM OUTRA UF)

33 3 0028479-6

Non-furthest

Sociedade anônima

Private Entrepreneurship

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Último Argumento:

00003131303 . 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479.6

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A

Salto(s): 102595004

Hash: ECC52D23-D73D-4232-8033-7CC4943069D4

Órgão	Calculado	Pago
Juiza	570,00	570,00
OREI	21,00	21,00

**REQUERIMIENTO**



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIGER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEPART S/A

NIRE: 333.0428479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 00002349059 e demais constantes do Livro de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFD64856AFAD85ECF8FFD5CF68740F233F496AFDAB0E1FD8

8 Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o n.º de protocolo.

Page 2/13



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: **(a) JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; **(b) HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia;

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143055 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD6974386FA48220C7DE4B56AFAD5E0CF8FFD5CF5E740F233E495AEDA80E1FB8



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: DO-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/11/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/11/2018 SOB O NÚMERO 02003149053 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: F06974386FA48220CFDE4B56AFAD25ECF8FDE5CF68743F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, Informe o nº de protocolo.

Pag: 10/13



12/10

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016



4886507

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10

Bernardo F. S. Bervanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE92D8296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4998508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

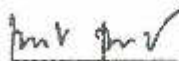
ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo P.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCÍOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7646C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

13/4

convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Borwenger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

14/11



45965511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

15/14

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.



4995512

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575165 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C66883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

16/7

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.



4886513

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4896514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



4298515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

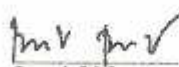
Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

de março de 1967.

13/4



4996616

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435, **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731, **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Tabellião: Carlos Alberto Firmino Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-9300

ADB2B690
088674

Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: **HELIO BITTON RODRIGUES** e **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES** (XXXXXXXXXXXX) em testemunho da verdade.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

Conf. por: Serventia T. H. F. M. D. S. Total

Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.

EDLP-115 HDE, CDT-56882 BRS

Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Paula Cristina A. D. Gaspar
: 3.2% Escrevente
: CTRB 46062 série 09077 ME
Aut. 2013 3ª Lei 8.986/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Rio de Janeiro, 04 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: ACACIO DOS SANTOS

Nº Sinistro: 3180381344

Vitima: ACACIO DOS SANTOS

Data do Acidente: 19/02/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180381344**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13326511



Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: ACACIO DOS SANTOS

Nº Sinistro: 3180381344

Vítima: ACACIO DOS SANTOS

Data do Acidente: 19/02/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA

Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, foi feita a reanálise médica do seu pedido de indenização por invalidez permanente, cadastrado sob o **número de sinistro 3180381344**.

Como a documentação apresentada não indica a existência de novas lesões permanentes ou de agravamento daquelas já indenizadas em decorrência do acidente sofrido, o seu pedido de reanálise foi encerrado e o valor indenizado mantido, conforme legislação vigente.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180381344

Cidade: Aracaju

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ACACIO DOS SANTOS

Data do acidente: 19/02/2016

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/09/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA E FÍBULA DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA+PARAFUSO) E ALTA.

Sequelas permanentes: DIMINUIÇÃO DO ARCO DO MOVIMENTO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: DEFICIT FUNCIONAL MODERADO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: DE ACORDO COM LAUDO PERICIAL DO IML DE SERGIPE Nº5666/2018, DATA:03/07/2018, QUESITO 6º - SIM.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ2

Nome: MARTHA MARIA RAUSCH DE QUEIROGA

CRM: 5245228-1

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180381344

Cidade: Aracaju

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ACACIO DOS SANTOS

Data do acidente: 19/02/2016

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 12/09/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA E FÍBULA DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA+PARAFUSO) E ALTA.

Sequelas permanentes: DIMINUIÇÃO DO ARCO DO MOVIMENTO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: DEFICIT FUNCIONAL MODERADO DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: DE ACORDO COM LAUDO PERICIAL DO IML DE SERGIPE Nº5666/2018, DATA:03/07/2018, QUESITO 6º - SIM.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ2

Nome: MARTHA MARIA RAUSCH DE QUEIROGA

CRM: 5245228-1

UF do CRM: RJ

Assinatura:



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180381344

Cidade: Aracaju

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ACACIO DOS SANTOS

Data do acidente: 19/02/2016

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 09/11/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA E FÍBULA À DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS) E ALTA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Sim

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: SINISTRO COM PAGAMENTO. VÍTIMA JÁ INDENIZADA PELA AMD EM GRAU MODERADO PARA O MEMBRO INFERIOR DIREITO.
APÓS FEITA REVISÃO DA AMD, EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA CONFORME TABELA PREVISTA EM LEI VIGENTE.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA

DADOS DO SINISTRO

Número: 3180381344

Cidade: Aracaju

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ACACIO DOS SANTOS

Data do acidente: 19/02/2016

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 13/11/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DA TÍBIA E FÍBULA À DIREITA.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E PARAFUSOS) E ALTA.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida: Sim

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: SINISTRO COM PAGAMENTO. VITIMA JÁ INDENIZADA PELA AMD EM GRAU MODERADO PARA O MEMBRO INFERIOR DIREITO.
APÓS FEITA REVISÃO DA AMD, EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA CONFORME TABELA PREVISTA EM LEI VIGENTE.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

ESPECIALISTA

Empresa: Líder- Serviços AMD

Grupo: EQ1

Nome: GUSTAVO CARLOS CALCENA AGUERO

CRM: 5235988-0

UF do CRM: RJ

Assinatura:





Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

27/02/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que as partes apresentaram manifestação de desinteresse na audiência de conciliação. A parte autora na peça inicial e o réu em sua contestação apresentada em 22/02/2019 e juntada aos autos em 27/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

27/02/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Manifeste-se a parte autora sobre contestação apresentada pelo requerido em 22/02/2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

13/03/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA 1º VARA DE CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.**

Processo nº 201983000060

ACÁCIO DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos identificada em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada, vem, por conduto de sua advogada subscritora, ante a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 350 e 351 do Código de Processo Civil, apresentar sua manifestação à contestação.

01. Quanto a alegação da parte Ré de que o B.O apresentado pelo Requerente não possui validade e as informações divergem, tais alegações são infundadas, pois, os fatos narrados no B.O condizem sim com o acontecido ao Autor no dia do acidente, até porque, os fatos ali narrados são os mesmos dos apresentados em outros documentos juntados aos autos, no qual também abordam sobre o acidente de trânsito sofrido pelo Autor e as sequelas deixadas pelo próprio.

02. Nesse sentido é necessário destacar que o Requerente no momento do acidente tinha um único objetivo, ser levado ao hospital e tratar dos ferimentos, por esse motivo, só procurou a autoridade policial em outro momento, portanto, não há que se falar em invalidade do B.O, até porque, a validade do B.O não foi levantada pela Requerida quando deferiu o processo administrativamente, apesar de ter pago valor a menor.

03. Com relação à falta do laudo do IML arguida pela Requerida, vemos que a Ré, deseja a juntada de documento que a lei não estabelece sua obrigatoriedade, já que o artigo 5º da Lei 6.194/74 é bem claro quando diz que, o pagamento da indenização será feito, por simples prova do acidente e dos danos decorrente, vê assim, que o Autor cumpriu com todas as determinações legais, inclusive, o mesmo juntou laudo médico emitido por profissional de saúde gabaritado e credenciado para isso, que atestou os problemas de saúde

do mesmo, conclui-se assim que as provas trazidas aos autos são suficientes para comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele, ressalta que, a falta do citado documento não é motivo para o indeferimento do pedido do autor, tanto é que a Requerida já pagou uma parte da indenização, mesmo sem o citado documento, deferindo o pedido do autor na esfera administrativa, porém, em valor menor a que teria direito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
Grifamos

04. Em outro ponto, a Requerida alega que foi promovido o pagamento de indenização ao Autor e portanto houve a quitação, no entanto, é necessário esclarecer que o valor pago pela Requerida foi bem menor que o devido, portanto, o Requerente busca receber a diferença do valor da indenização, uma vez que o mesmo tem pleno direito de requerer os valores que ainda não foram pagos.

05. Em outro ponto a parte Ré faz alusão a Súmula 474 do STJ, no qual aduz que a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de maneira proporcional ao grau de invalidez, nesse sentido, podemos vê na Inicial, que o Requerente também pediu que fosse observado os valores determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que inclusive também aborda sobre os valores a serem pagos quando de sequelas parciais.

06. Ademais, vale destacar, que foi juntado aos autos um vasto conjunto probatório, mostrando que o Autor ficou com sequelas permanentes, **que causaram a perda funcional do seu membro inferior direito** e que essa perda foi causada pelo acidente de trânsito sofrido. Portanto, nota-se, que o grau de invalidez provocado pelo acidente de trânsito foi maior do que o alegado pela Requerida e consequentemente o valor a ser pago também é maior.

07. A Requerida, mais uma vez, por meio de argumentos frágeis, tentar induzir esse julgador ao erro, ao falar sobre a impossibilidade de pagamento de danos morais, o ato ilícito praticado pela ré ao não pagar ao Requerente a indenização requerida, causou sérios transtornos ao Requerente, que ficou sem uma verba que o ajudaria a pagar as despesas médicas, o que trouxe ao autor sérios transtornos, que ultrapassaram o simples aborrecimento.

08. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente nos nossos tribunais para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO.

Grifamos

09. Diante de tudo que foi exposto e mostrado na Inicial através da documentação juntada, fica claro que a Requerida, deveria ter pago a indenização do seguro em valor maior, motivo pelo qual, cometeu um ato ilícito o que causou danos ao Autor que devem ser reparados, portanto deve a Requerida pagar ao Requerente a diferença da indenização do seguro e a indenização pelo danos morais.

10. Requer ainda, em virtude do princípio da celeridade e da economia processual, que a presente demanda seja julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil, uma vez que foram juntadas aos autos várias comprovando as sequelas deixadas pelo acidente de transito sofrido pelo Requerente.



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

Dos Requerimentos

Diante do exposto, requer mais uma vez, pela procedência dos pedidos formulados na peça de início, por ser de inteira justiça.

J, aos autos

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju, 13 de março de 2019.

**ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289**



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

18/03/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

04/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

OUVIDORIA INTERNA DA 1ª VARA CÍVEL SCSrs. Advogados: Processos sem Despacho Judicial há mais de trinta(30) dias, sem motivo justo, por favor informem:manoelcostaneto@tjse.jus.br ou WHATSAPP 988165828SEGUE ATO JUDICIAL SEM CONTEÚDO DECISÓRIO Vistos, etc...O novo Processo (CPC-2015), tornou-se espaço de cooperação, de comunicação, etc... A Fase de Saneamento tornou-se participativa, a teor do Art. 357 do CPC, sendo a decisão de Organização e Saneamento um ato formal.Não se designa Fase Instrutória (com ou sem Audiência) sem que haja motivo jurídico-processual relevante. Não basta requerer a prova oral (depoimento pessoal ou testemunhal) ou pericial, mas é preciso declinar Fatos (APENAS PONTOS CONTROVERTIDOS) que sejam dependentes de tais meios de prova. O que estiver provado por documentos ou confissão não carece de prova oral (Art. 443, I, do CPC), salvo perícia especializada.Em cumprimento aos Princípios Processuais da Comunicação e Colaboração (partes e juiz), que precedem a Decisão Conforme do Estado de Processo, digam as partes em 05 dias se têm interesse em conciliar, após a resposta do réu (Art. 139, inciso V, do CPC); ao mesmo tempo, indiquem, sinteticamente, os fatos ainda controvertidos que sejam dependentes de prova oral ou pericial.Especifiquem, "dentre os meios de prova já protestados na fase postulatória" (petição inicial e contestação), os que agora deseja fazer uso.Sem conciliação e sem declinação de fatos controvertidos, conhecerei imediatamente do litígio.INSIRA O FEITO NO ROL DE DECISÃO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.I

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de São Cristóvão**

Nº Processo 201983000060 - Número Único: 0000133-86.2019.8.25.0072

Autor: ACÁCIO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

OUVIDORIA INTERNA DA 1ª VARA CÍVEL – SC

Srs. Advogados: Processos sem Despacho Judicial há mais de trinta(30) dias, sem motivo justo, por favor informem:

manoelcostaneto@tjse.jus.br ou WHATSAPP – 988165828

SEGUE ATO JUDICIAL SEM CONTEÚDO DECISÓRIO

Vistos, etc...

O novo Processo (CPC-2015), tornou-se espaço de cooperação, de comunicação, etc... A Fase de Saneamento tornou-se participativa, a teor do Art. 357 do CPC, sendo a decisão de Organização e Saneamento um ato formal.

Não se designa Fase Instrutória (com ou sem Audiência) sem que haja motivo jurídico-processual relevante. Não basta requerer a prova oral (depoimento pessoal ou testemunhal) ou pericial, mas é preciso declinar “Fatos” (APENAS PONTOS CONTROVERTIDOS) que sejam dependentes de tais meios de prova. O que estiver provado por documentos ou confissão não carece de prova oral (Art. 443, I, do CPC), salvo perícia especializada.

Em cumprimento aos Princípios Processuais da Comunicação e Colaboração (partes e juiz), que precedem a **Decisão Conforme do Estado de Processo**, digam as partes em 05 dias se têm interesse em conciliar, após a resposta do réu (Art. 139, inciso V, do CPC); ao mesmo tempo, indiquem, sinteticamente, os fatos ainda controvertidos que sejam dependentes de prova oral ou pericial.

Especifiquem, "dentre os meios de prova já protestados na fase postulatória" (petição inicial e contestação), os que agora deseja fazer uso.

Sem conciliação e sem declinação de fatos controvertidos, conhecerei imediatamente do litígio.

INSIRA O FEITO NO ROL DE “DECISÃO” CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.

|



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Costa Neto, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de São Cristóvão**, em **04/04/2019, às 16:08:08**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019000817622-09**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

12/04/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 00001338620198250072

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACACIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

Primeiramente, vem informar que não há interesse na audiência de conciliação.

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Certo é, que todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do segmento corporal afetado, em absoluta consonância com a Tabela disposta na Lei 11.945/2009, que estipula o percentual máximo para cada membro afetado, respeitando, ainda, o verbete sumular nº 474, do Superior Tribunal de Justiça.

Evidente, pois, que inexistente qualquer direito de indenização total ao autor, mormente por não haver prova pericial neste sentido, sendo incabível qualquer indenização integral, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez suportado pela parte autora.

Dessa forma, **REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA**, com a determinação de pagamento de honorários periciais conforme o Termo de Convênio de Cooperação Institucional nº 21/2018, firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em até 15 (quinze) dias.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAO CRISTOVAO, 11 de abril de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

29/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que apenas o requerido se manifestou sobre o despacho do dia 04/04/2019. O referido é verdade e dou fé.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

29/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

15/08/2019

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Nos termos do artigo 357 e seguintes do CPC, passo a sanear, desde logo, por escrito, o presente processo. Com relação à ausência de laudo do IML, a fim de provar o grau de invalidez da Autora, entendo que a alegação não merece guarida, tendo em vista que comprovada a ocorrência do acidente por meio de boletim de ocorrência policial, preenchidos estão os requisitos legais a ensejar a indenização reclamada, prevista no artigo 5º da Lei 6.194/74, a saber: Exige-se para pagamento da indenização a simples prova do acidente e do dano ocorrente. Quanto à validade do Boletim de Ocorrência, registre-se que houve pagamento administrativo por parte da Seguradora, frisando-se que o sinistro foi constatado no documento acostado com a contestação, bem como a invalidez. Assim, resta comprovada a ocorrência do acidente e do dano causado, não havendo que se falar em ausência de documentos, pois a quitação parcial serve como uma prova de que houve invalidez permanente. Suscita a empresa Seguradora que a Autora firmou administrativamente pacto consensual, dando ampla, geral e irrevogável quitação ao valor recebido. Esclarece que deve ser observada a transação realizada, sendo esta, uma das formas de extinção das obrigações, só desconstituindo-a se houver vício de consentimento. No entanto, analisando os autos, percebe-se que a presente demanda envolve complementação de pagamento do seguro obrigatório, acerca do qual é assente a posição do Superior Tribunal de Justiça de que a quitação do valor já recebido pela parte requerente não significa renúncia ao seu direito, que é assegurado por lei, havendo extinção da obrigação tão somente no que diz respeito ao quantum quitado pela seguradora. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - PRAZO TRIENAL - MENOR BENEFICIÁRIO - ABSOLUTAMENTE INCAPAZ - CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO - DICÇÃO DO ART. 198, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO - QUITAÇÃO PARCIAL DO SEGURO - PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO - APLICABILIDADE DA LEI 6.194/74 AO CASO CONCRETO - NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ DO AUTOR PARA FINS DE RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVA PERICIAL - ELEMENTOS PROBATÓRIOS INSUFICIENTES - QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, B, DA LEI 6.194/74 C/C ART. 13, II, DA RESOLUÇÃO 109/04 DO CNSP - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA AVERIGUAÇÃO DO GRAU DA LESÃO - CAUSA QUE NÃO SE ENCONTRA MADURA PARA JULGAMENTO - SENTENÇA ANULADA - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA A DEVIDA INSTRUÇÃO DO FEITO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 201300220771 nº único0001299-24.2013.8.25.9010 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Ruy Pinheiro da Silva - Julgado em 17/12/2013) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. SÚMULA Nº 405/STJ. TERMO INICIAL. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de São Cristóvão

Nº Processo 201983000060 - Número Único: 0000133-86.2019.8.25.0072

Autor: ACÁCIO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Saneamento

Vistos, etc...

Trata-se de Ação de Cobrança Securitária movida por ACÁCIO DOS SANTOS em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos já qualificados nos autos, aduzindo, em apertada síntese, que foi vítima de acidente de trânsito, em 19/02/2016, evento este que lhe causou deformidade permanente até os dias de hoje, tendo promovido o pedido administrativo na seguradora, até o momento foi atendido parcialmente, pois recebeu apenas R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), quando entende que deveria ser indenizado no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Assim requer o pagamento do valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), já deduzido o valor pago administrativamente; bem como o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais. Junta documentos.

Em sede de contestação (p. 87/94), a Seguradora ora Ré combateu a validade do Registro da Ocorrência, por entender que trata-se de mera certidão, com conteúdo produzido pela própria parte, decorridos 09 meses do acidente, requerendo que seja oficiada à DEPOL para investigar os fatos narrados no referido documento. Aduziu a ausência de laudo do IML quantificando a lesão. Relatou que a Autora já recebeu a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referente ao valor da indenização, de acordo com as lesões comprovadas por laudo realizado em procedimento administrativo, dando quitação. Alegou que deve ser aplicada a Lei 11.945/2009 e a Súmula 474 do STJ, sendo a indenização a ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez, o que já ocorrera, no caso em comento. Argumentou, ainda, acerca da falta de caracterização do dano moral. Requereu a realização de prova pericial, apresentou quesitos e juntou documentos.

A tentativa de conciliação não logrou êxito, diante da ausência da Autora e de sua Advogada, conforme termo de audiência realizada em (28/11/2017).

A Autora ofertou manifestação acerca da contestação, combatendo as assertivas da defesa (p. 125/130).

Instadas as partes acerca do interesse na produção de outras provas, apenas a Seguradora/Ré requereu a realização de prova pericial (p. 136 e 137).

Autos conclusos. Decido.

Nos termos do artigo 357 e seguintes do CPC, passo a sanear, desde logo, por escrito, o presente processo.

Com relação à ausência de laudo do IML, a fim de provar o grau de invalidez da Autora, entendo que a alegação não merece guarida, tendo em vista que comprovada a ocorrência do acidente por meio de boletim de ocorrência policial, preenchidos estão os requisitos legais a ensejar a indenização reclamada, prevista no artigo 5º da Lei 6.194/74, a saber: “Exige-se para pagamento da indenização a simples prova do acidente e do dano ocorrente”.

Quanto à validade do Boletim de Ocorrência, registre-se que houve pagamento administrativo por parte da Seguradora, frisando-se que o sinistro foi constatado no documento acostado com a contestação, bem como a invalidez. Assim, resta comprovada a ocorrência do acidente e do dano causado, não havendo que se falar em ausência de documentos, pois a quitação parcial serve como uma prova de que houve invalidez permanente.

Suscita a empresa Seguradora que a Autora firmou administrativamente pacto consensual, dando ampla, geral e irrevogável quitação ao valor recebido. Esclarece que deve ser observada a transação realizada, sendo esta, uma das formas de extinção das obrigações, só desconstituindo-a se houver vício de consentimento.

No entanto, analisando os autos, percebe-se que a presente demanda envolve complementação de pagamento do seguro obrigatório, acerca do qual é assente a posição do Superior Tribunal de Justiça de que a quitação do valor já recebido pela parte

requerente não significa renúncia ao seu direito, que é assegurado por lei, havendo extinção da obrigação tão somente no que diz respeito ao *quantum* quitado pela seguradora.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - PRAZO TRIENAL - MENOR BENEFICIÁRIO - ABSOLUTAMENTE INCAPAZ - CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO - DICÇÃO DO ART. 198, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO - QUITAÇÃO PARCIAL DO SEGURO - PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO - APLICABILIDADE DA LEI 6.194/74 AO CASO CONCRETO - NECESSIDADE DE AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ DO AUTOR PARA FINS DE RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVA PERICIAL - ELEMENTOS PROBATÓRIOS INSUFICIENTES - QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, B, DA LEI 6.194/74 C/C ART. 13, II, DA RESOLUÇÃO 109/04 DO CNSP - NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL PARA AVERIGUAÇÃO DO GRAU DA LESÃO - CAUSA QUE NÃO SE ENCONTRA MADURA PARA JULGAMENTO - SENTENÇA ANULADA - DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM PARA A DEVIDA INSTRUÇÃO DO FEITO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. (Apelação Cível nº 201300220771 nº único0001299-24.2013.8.25.9010 - 1ª CÂMARA CÍVEL, Tribunal de Justiça de Sergipe - Relator(a): Ruy Pinheiro da Silva - Julgado em 17/12/2013)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT . PRESCRIÇÃO. PRAZO TRIENAL. SÚMULA Nº 405/STJ. TERMO INICIAL. ABSOLUTAMENTE INCAPAZ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. I ? O prazo prescricional para a cobrança de indenização referente ao seguro DPVAT é de três anos, consoante Súmula nº 405/STJ; II ? A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, nos termos do art. 198 , I do Código Civil , começando a fluir o prazo quando passam a ser relativamente incapazes, ou seja, aos 16 anos; III ? Sentença reformada afastando a decretação de prescrição; IV ? Recurso conhecido e provido. (TJ-AM - Apelação APL 06335084320138040001 AM 0633508-43.2013.8.04.0001 (TJ-AM); Data de publicação: 14/03/2016)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SEGURO DPVAT - PRAZO PRESCRICIONAL - TRIENAL - TERMO INICIAL - CIÊNCIA INEQUÍVOCA - RELATIVAMENTE INCAPAZ - DECURSO DO PRAZO - OCORRÊNCIA. O prazo prescricional para a cobrança de indenização referente ao seguro DPVAT é de três anos, consoante verbete nº 405 do STJ. Restando evidenciado nos autos que as seqüelas incapacitantes já eram de conhecimento da parte requerente, notadamente diante do encerramento do tratamento médico, deve ser contado a partir daí o prazo prescricional. A prescrição não corre contra os absolutamente incapazes, nos termos do inciso I do art. 198 do Código Civil , começando a fluir o prazo quando passam a ser relativamente incapazes aos 16 anos.

Logo, deve o processo prosseguir para se apurar eventual diferença a ser paga a Autora, em razão do acidente relatado na inicial.

Não há questões processuais, nulidades ou irregularidades, a serem enfrentadas.

A atividade probatória deverá recair sobre os seguintes fatos: o grau da invalidez em decorrência do acidente de trânsito; o valor a ser efetivamente pago de acordo com o grau de invalidez suportado pela parte Autora; se houve conduta da Seguradora a ensejar reparação moral.

Para comprovação dos fatos acima mencionados admito a prova documental nos termos dos arts. 434 e seguintes do CPC. Desnecessária a produção de provas em audiência, tendo em vista que a questão de fato controvertida não demanda a produção de prova testemunhal.

Defiro a prova pericial. Diante da necessidade da realização de Perícia por profissional técnico habilitado e equidistante das partes, sendo a Perícia solicitada pela Seguradora Ré, deve esta arcar com o pagamento dos honorários, conforme teor do artigo 95 do CPC.

Dito isto, determino a realização de perícia médica, na especialidade ortopedia, a ser realizada por profissional habilitado. Nomeio o Dr. Carlos Tadeu Nascimento Alves (ctnalves@yahoo.com.br), independentemente de termo de compromisso, para que realize perícia alusiva ao presente feito, lavrando-se o laudo, que deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, acrescentando que os honorários serão pagos após a entrega do laudo. Remeta-se ao profissional cópia da inicial, e dos documentos necessários para a feitura do laudo.

1 – Intime-se o perito nomeado para que, em 5 (cinco) dias, informe se aceita o *munus*, cientificando-o que o valor dos honorários para realização da perícia, nos termos do Convênio nº 14/2018 – Termo de Convênio de Cooperação Institucional entre o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S/A, que estabelece que a realização de perícias médicas judiciais presenciais em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) são pagas pela SEGURADORA LÍDER, no valor previamente estipulado de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

2 – Aceitando o Perito, intime-se a Seguradora Ré, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o depósito judicial dos honorários do perito.

3 – Cumprido o item acima, intinem-se as partes, para, querendo, apresentarem quesitos e indicarem assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 465, § 1º do CPC.

Estes são os quesitos do Juízo, que devem ser encaminhados ao perito junto com os que constam nos autos ou que forem apresentados pelas partes:

1. Em razão do acidente de trânsito ocorrido em 19/02/2016, o(a) requerente é portador(a) de alguma invalidez? Qual?

2. Em caso positivo, essa invalidez é permanente? Qual o grau de invalidez?

Após a marcação da perícia, intinem-se as partes, dando-lhes ciência da data, local e horário da realização do referido exame.

Com a juntada do laudo, intinem-se as partes para ofertarem manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Mantenho a distribuição do ônus da prova nos termos do art. 373 do CPC.

Delimito como questões de direito relevantes para decisão de mérito: o pagamento de indenização, em favor vítima de acidente de trânsito, em razão de invalidez permanente, com sequelas, nos termos da Lei 6.194/74 e da Lei 11.945/2009.

Ante o exposto, DECLARO saneado o feito.

Intinem-se as partes para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem sobre a presente decisão, sendo advertidos de que o silêncio implicará em estabilização da decisão, nos termos do artigo 357, §1º do CPC.

Cumpra-se.

São Cristóvão/SE, 15 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Costa Neto, Juiz(a) de 1ª Vara Cível de São Cristóvão, em 15/08/2019, às 11:13:43**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002057562-38**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

29/08/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que encaminhei email para o perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

06/09/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

.
 Juntada de Outros Documentos
Manifestação do perito

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

PROCESSO: 201983000060

Ao Sr. Dr. Juiz de Direito,

Venho através deste solicitar Honorários Periciais o valor de R\$ 626,00, na realização da Perícia Médica, devido à complexidade da perícia, tempo hábil para leitura da carga processual, realização e confecção do laudo médico, custas, impostos e possíveis esclarecimentos.

Em aceito das partes, aguardo nova intimação para marcação da data pericial.

Atenciosamente,

Carlos Tadeu Nascimento Alves
Médico Perito

Aracaju, 05 de setembro de 2019.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

06/09/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se a Seguradora Ré, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o depósito judicial dos honorários do perito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

20/09/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Depósito Judicial nº 190912031853262 do BANESE referente a Pagamento do Débito, ocorrido em 19/09/2019, realizado por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA.

{Movimento automático gerado pelo Sistema de Gestão de Depósito Judicial}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Informações do depósito da conta judicial: 57288033969 - Parcela: 1

Banco - BANESE

CPF/CNPJ do depositante	09.248.608/0001-04
Nome do depositante	SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA
ID da guia	1029926
Origem	Interligação
Data do depósito	19/09/2019
Forma de recolhimento	DINHEIRO
Valor do depósito	250,00



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

26/09/2019

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 00001338620198250072

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACACIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

SAO CRISTOVAO, 25 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		18/09/2019	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
18/09/2019	2566562	00001338620198250072		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
SE	Vara Cível	RÉU	250,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ACACIO DOS SANTOS		FISÍCA	94282498587	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
1219FB03E88ED203				
CÓDIGO DE BARRAS				
04791.59097 00001.601020 99260.047388 1 80300000025000				



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

01/11/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que encaminhei email para o Perito, informando sobre o depósito dos honorários periciais.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

17/12/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que encaminhei email para o perito solicitando informações acerca da realização da perícia.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

04/03/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Aguardando Laudo Pericial.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

03/06/2020

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Considerando que até a presente data não houve resposta do perito Carlos Tadeu Nascimento Alves, certifico que enviei e-mail solicitando informações acerca do andamento da perícia médica. email em anexo.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não

Buscar

michele Freitas Silva

E-mail

Contatos

Agenda

Tarefas

Porta-arquivos

Preferências

INFORMAÇÕES S

Fechar

Responder

Responder a todos

Encaminhar

Arquivar

Apagar

Spam

Ações

INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DA PERÍCIA. PROCESSO Nº 201983000060

De: michele Freitas Silva

Para: ctnalves

Bom dia, Sr. Perito

Solicito informações acerca do andamento da perícia médica, realizada no processo nº 201983000060 SEGURADORA LÍDER. Informo que os honorários foram depositados no dia [20/09/2019](#).

[Responder](#) - [Responder a todos](#) - [Encaminhar](#) - [Mais ações](#)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

13/07/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Perícia agendada para o dia 11/09/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT.
Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

13/07/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar as partes sobre a Perícia agendada para o dia 11/09/2020 de 07:00 às 10:00 hs para o Perito Paulo Cândido de Lima Junior - DPVAT. Endereço: Fórum Gumersindo Bessa, Capucho, Aracaju-SE.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

16/11/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 201983000060

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACACIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a intimação do autor e do perito a fim de que informem se foi realizada a perícia agendada, trazendo o laudo produzido aos autos se for o caso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAO CRISTOVAO, 13 de novembro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

16/11/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO CRISTOVAO/SE

Processo: 201983000060

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ACACIO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a intimação do autor e do perito a fim de que informem se foi realizada a perícia agendada, trazendo o laudo produzido aos autos, se for o caso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAO CRISTOVAO, 13 de novembro de 2020.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

17/11/2020

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intimar o autor para que informe sobre a realização da perícia. Prazo de 5 dias.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO DA COMARCA DE SÃO CRISTÓVÃO
Largo Joel Fontes Costa, Bairro Centro, São Cristóvão/SE, CEP 49100000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201983000060

DATA:

23/11/2020

MOVIMENTO:

Juntada

DESCRIÇÃO:

Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



ELTON SOARES DIAS
ADVOGADO

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA 1º VARA DE CÍVEL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE.**

Processo nº 201983000060

ACÁCIO DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos identificada em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também já qualificada, vem, por conduto de sua advogada subscritora, ante a presença de Vossa Excelência, apos tomar ciencia do ato ordinatório datado de 17/11/2022, informar que o Requerente passou pelo procedimento pericial

J, aos autos

NESTES TERMOS,

PEDE DEFERIMENTO

Aracaju, 23 de novembro de 2020.

**ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289**